

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

LETICIA PEDROSO RAMOS

**RELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA E OS VALORES DO PROGRAMA DINHEIRO
DIRETO NA ESCOLA: uma análise nas escolas municipais de
Piracicaba/SP**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2020

LETICIA PEDROSO RAMOS

**RELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA E OS VALORES DO PROGRAMA DINHEIRO
DIRETO NA ESCOLA: uma análise nas escolas municipais de
Piracicaba/SP**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba, como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal”.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Bernardes de Castro

CURITIBA - PR

2020

TERMO DE APROVAÇÃO



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Gestão Pública Municipal



RELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E OS VALORES DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA: uma análise nas escolas municipais de Piracicaba/SP

por

LETICIA PEDROSO RAMOS

Esta monografia foi apresentada às 09:00 do 15/09/2020 como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal** – Polo de Itapetininga - SP, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza

Eduardo Bernardes de Castro

Luci Ines Bassetto

a autenticidade deste documento pode ser verificada através da URL:
<http://certificados.utfpr.edu.br/validar/42214F9A>

Dedico este trabalho aos meus
familiares, amigos e às pessoas que de fato participaram
com apoio ao desenvolvimento deste trabalho

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, pela fé, pela perseverança para vencer os obstáculos e por estar presente todos os dias em minha vida.

À minha mãe, Ivana, por todo o apoio, pela orientação, dedicação e amor durante toda minha vida. Agradeço também ao meu pai que também torceu pela realização desta pós graduação.

À minha prima Alice que sempre esteve comigo durante os principais momentos da minha vida. Agradeço ao meu sobrinho Daniel que com sua alegria de criança me fez compreender que todos os momentos de nossa vida valem muito a pena!

Aos meus familiares e amigos que compreenderam todos os momentos de ausência nesses últimos meses e mesmo assim permaneceram me apoiando.

Ao meu orientador professor Prof. Dr. Eduardo Bernardes de Castro que me acompanhou nesta trajetória, pela sua disponibilidade, interesse e apoio durante todo esse projeto de pesquisa.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Gestão Pública, professores da UTFPR, Campus Curitiba.

Agradeço aos tutores presenciais e aos tutores à distância que me auxiliarem no decorrer da pós-graduação.

Agradeço a todos os funcionários e servidores do polo de Itapetininga, em especial à tutora presencial Solange.

Aos colegas do curso de Pós-Graduação, em especial ao amigo Igor que também concluirá esta pós graduação na área de Gestão Pública.

Agradeço também ao IFSP Câmpus Capivari pelo incentivo durante esse período de estudos, principalmente ao Diretor Geral Waldo Luis de Lucca por todo o apoio.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

RESUMO

RAMOS, Leticia Pedroso. Relação entre o índice de desenvolvimento da educação básica e os valores do programa dinheiro direto na escola: uma análise nas escolas municipais de Piracicaba/sp. 2020 82 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná: Curitiba, 2020.

Esta pesquisa teve como propósito de estudo o repasse financeiro pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a relação deste com o Índice da Educação Básica (Ideb). O objetivo da pesquisa foi analisar a relação entre os recursos recebidos via PDDE e as notas obtidas no Ideb pelas escolas públicas municipais de Piracicaba, SP para o recorte histórico dos anos de 2013, 2015 e 2017, no qual foram abordados os principais conceitos de: financiamento educacional, Ideb, PDDE e a relação entre indicadores educacionais e o financiamento educacional. O estudo analisou os dados de PDDE e de Ideb de 33 escolas municipais de Piracicaba/SP que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em conformidade com a disponibilidade dos dados no FNDE. Os resultados auferidos indicaram que as metas propostas em relação ao Ideb foram alcançadas pelas escolas do município de Piracicaba/SP, no qual as escolas com as menores notas apresentaram similaridades nas ausências de bibliotecas e de laboratórios de ciências. Não se observou uma relação direta entre os recursos financeiros provenientes do PDDE e as notas do Ideb, não indicando, portanto, uma influência dos recursos financeiros na qualidade da educação. Também não foram observadas relações entre os repasses financeiros do PDDE e notas do Ideb nas diferentes regiões de Piracicaba/SP. Indica-se que a qualidade da educação brasileira nos anos iniciais do ensino fundamental possui influência de outros fatores ao invés do montante de recursos financeiros disponibilizados pelo PDDE.

Palavras-chave: Educação pública. Ideb. PDDE. Piracicaba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Marcos históricos das avaliações de larga escala brasileiras.....	17
Figura 2 - Evolução do Ideb nos anos iniciais do Ensino Fundamental.....	31
Figura 3 - Evolução do Ideb nos anos finais do Ensino Fundamental	31
Figura 4 - Evolução do Ideb no Ensino Médio.....	32
Figura 5 - Nota do Ideb das escolas de Piracicaba/SP – anos iniciais.....	38
Figura 6 - Dados de Ideb x PDDE (2012 + 2013).....	54
Figura 7 - Dados de Ideb x PDDE (2014 + 2015).....	55
Figura 8 - Dados de Ideb x PDDE (2016 + 2017).....	55
Figura 9 - Análise dos dados de Ideb 2013 e de PPDE (2012+2013) das 5 maiores notas (a) e das 5 menores notas (b)	56
Figura 10 - Análise dos dados de Ideb 2014 e de PPDE (2014+2015) das 5 maiores notas (a) e das 5 menores notas (b)	56
Figura 11 - Análise dos dados de Ideb 2016 e de PPDE (2016+2017) das 5 maiores notas (a) e das 5 menores notas (b)	57
Figura 12- Valor médio per capita de PPDE - 2017	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fontes de recursos para o financiamento educacional	23
Quadro 2 - Análise dos valores fixos e per capita	29
Quadro 3 - Resultados do Ideb dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas municipais de Piracicaba (2013, 2015 e 2017).....	38
Quadro 4 - Escolas com maiores e menores notas do Ideb em 2013 em Piracicaba.....	40
Quadro 5 - Escolas com maiores e menores notas do Ideb em 2015 em Piracicaba.....	40
Quadro 6 - Escolas com maiores e menores notas do Ideb em 2015 em Piracicaba.....	41
Quadro 7 - Escolas com maiores e menores notas do Ideb em Piracicaba.....	42
Quadro 8 - Variação entre Ideb atingido e Meta do Ideb	43
Quadro 9 - Infraestrutura das 5 escolas com menores notas do Ideb em 2017	45
Quadro 10 - Valores de repasse de PDDE no período de 2012 até 2017 em Piracicaba/SP ...	47
Quadro 11 - Recursos do PDDE por categoria para 2012 e 2013	48
Quadro 12 - Recursos do PDDE por categoria para 2014 e 2015	49
Quadro 13 - Recursos do PDDE por categoria para 2016 e 2017	50
Quadro 14 - Número de alunos referente ao ano de repasse	52
Quadro 15 - Ideb Alcançado, Meta e Repasse de PDDE no período de 2012 até 2017 em Piracicaba/SP.....	53
Quadro 16 - Coeficiente de relação entre maiores e menores notas.....	57
Quadro 17 - Valor per capita de recursos do PDDE para os anos de 2012 e 2013	59
Quadro 18 - Valor per capita de recursos do PDDE para os anos de 2014 e 2015	60
Quadro 19 - Valor per capita de recursos do PDDE para os anos de 2016 e 2017	61
Quadro 20 – Variação de aplicação de custeio e capital pelas escolas municipais de Piracicaba/SP para os anos de 2012, 2013 e 2014.....	62
Quadro 21 – Variação de aplicação de custeio e capital pelas escolas municipais de Piracicaba/SP para os anos de 2015, 2016 e 2017.....	63
Quadro 22 - Valores per capita (aluno) recebidos pelas escolas no período de 2012 e 2013 ..	64
Quadro 23 - Valores per capita (aluno) recebidos pelas escolas no período de 2014 e 2015 ..	65
Quadro 24 - Valores per capita (aluno) recebidos pelas escolas no período de 2016 e 2017 ..	66
Quadro 25 - Coeficientes de Pearson por região de Piracicaba/SP	67
Quadro 26 – Valores planejados e valores recebidos na região Leste.....	68
Quadro 27 – Valores planejados e valores recebidos na região Oeste	69
Quadro 28 – Valores planejados e valores recebidos na região Rural	69
Quadro 29 – Valores planejados e valores recebidos na região Norte	70
Quadro 30 – Valores planejados e valores recebidos na região Sul.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal
EEx	Entidade Executora
EM	Entidade Mantenedora
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDE	Manutenção e desenvolvimento do ensino
MEC	Ministério da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
Pisa	Programme for International Student Assessment
PMDE	Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Programa Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNS	Programa Nacional de Saúde do Escolar
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEP	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público
UEx	Unidade Executora Própria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 Indicadores Educacionais e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).....	14
2.1.1 Indicadores Educacionais de Larga Escala.....	14
2.1.2 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)	18
2.1.2.1 Ideb: processo de cálculo.....	18
2.1.2.2 Ideb: aplicação e uso.....	19
2.2 Financiamento Educacional e PDDE	20
2.2.1 Fontes de Financiamento Educacional	20
2.2.2 PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola	27
2.3 A relação financiamento educacional e indicadores educacionais	30
3 METODOLOGIA	34
3.1 Caracterização da Pesquisa.....	34
3.2 Procedimentos da Pesquisa.....	35
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	37
4.1 O cenário escolar de Piracicaba.....	37
4.1.1 O IDEB em Piracicaba	37
4.1.2 O PDDE em Piracicaba	46
4.2 As correlações PDDE x IDEB a partir dos índices alcançados.....	52
4.3 As correlações PDDE x IDEB sob o olhar das macrorregiões do município.....	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

Consoante a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a educação é um direito de todo cidadão brasileiro e um dever do Estado e da família. No processo de gestão da educação todas as esferas do governo (federal, estadual, municipal e distrital) estão diretamente envolvidas e compartilham obrigações.

Em regime de colaboração, as três esferas do governo devem assegurar à população a oferta da universalização do ensino obrigatório, sendo a atuação de cada ente prioritária em um nível de ensino. Os municípios atuam prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, os estados no ensino fundamental e médio, e a união é a responsável por organizar o sistema federal de ensino, financiar instituições de ensino público federal e exercer “em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios” (BRASIL, 1988, p.93).

A Constituição Nacional estabelece também os mínimos dos recursos financeiros a serem aplicados por cada uma das esferas governamentais. A União deve aplicar no mínimo 18% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem aplicar no mínimo 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988).

Uma das formas de transferência de recursos para uso na escola é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Este programa, criado em 1995 com o nome de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), foi o primeiro a utilizar o mecanismo de transferência de recursos financeiros da União para escolas públicas. Dessa forma, o programa inovou ao ampliar a autonomia da escola para administrar os recursos financeiros destinados à manutenção de sua infraestrutura física e pedagógica e busca por consequente elevação do desempenho escolar (MARINHEIRO; RUIZ, 2017).

Atualmente, o repasse financeiro é coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o dinheiro é transferido diretamente às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público (BRASIL, 2009).

Na mesma linha de busca da elevação do desempenho escolar, o Plano Nacional de Educação (PNE) - aprovado para o ciclo 2014 a 2024 - traz no seu texto metas que explicitam a necessidade de fomento da qualidade da educação básica. Dentre as metas estabelecidas a meta sete explicita a necessidade de fomento da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o Ideb (BRASIL, 2014).

O Ideb, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep [o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) - para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil - para os municípios]. Este índice é utilizado como indicador para a qualidade da educação e como balizador para a aplicação de políticas públicas em educação (INEP, 2019).

Estas duas frentes expostas, financiamento educacional, no caso explicitado pelo PDDE, e o alcance de melhores indicadores educacionais, no caso explicitado pelo Ideb, inserem-se em um cenário de ampla discussão na mídia e na comunidade educacional: a relação entre recursos financeiros e obtenção de índices em avaliações educacionais amplas.

Sobre isto, autores, como Viana (2017), indicam que os recursos financeiros contribuem com a qualidade do ensino do ponto de vista da operacionalização, infraestrutura, aquisição de materiais pedagógicos e manutenção diária da escola. Por outro lado, outros autores, a exemplo dos estudos de Oliveira, Minori e Frota (2019), posicionam-se no sentido de que o recebimento de valores financeiros não reflete diretamente na melhoria de desempenho no resultado da educação nas escolas de ensino fundamental.

A partir deste cenário descrito, que integra financiamento educacional, programa PDDE, avaliação educacional pelo Ideb e meta do PNE para melhoria da qualidade da educação, partimos, neste momento, para o contexto educacional municipal, mais propriamente para o contexto do município de Piracicaba/SP, cidade de reconhecida importância no Estado de São Paulo e que possui uma rede pública de ensino básico composta por 91 escolas municipais de ensino infantil, 47 escolas municipais de ensino fundamental anos iniciais (PIRACICABA, 2020), 59 estaduais (SÃO PAULO, 2020) e 1 federal (NILO PEÇANHA, 2020) que totalizam um contingente superior a 50 mil estudantes (IBGE, 2020).

Sob este cenário municipal, o fenômeno de pesquisa aqui descrito foi conduzido a uma questão problema mais próxima da materialidade do programa financeiro descrito: no âmbito

da rede pública educacional do município de Piracicaba/SP, os quantitativos de recursos provenientes do PDDE implicam alterações nos índices de avaliação educacional (Ideb)?

A justificativa para o presente estudo baseia-se em três aspectos principais: pessoais, sociais e acadêmicos. O autor deste estudo convive com escolas públicas há mais de 7 anos, sem considerar o tempo que frequentou a escola como discente. Já atuou na secretaria de uma escola e atualmente coordena uma equipe de 70 docentes no interior do estado de São Paulo, elementos profissionais que me direcionaram ao estudo da educação pública. Sendo natural de Piracicaba/SP e atento aos problemas da comunidade onde reside, o autor fez deste município o lócus deste trabalho.

A escola é um ambiente no qual a maior parte da população frequenta por pelo menos 12 anos (do ensino fundamental ao ensino médio). Por isso, toda e qualquer ação que aconteça nas escolas tem reflexo sobre a comunidade. Unindo este fato ao cenário público de restrições orçamentárias e conseqüente necessidade de boa gestão na aplicação dos escassos recursos financeiros, estudar a relação entre recursos e qualidade em educação, como é o caso da relação entre PDDE e Ideb, torna-se importante para apoio à tomada de decisões por gestores.

Sobre este estudo, no meio acadêmico o autor não localizou trabalhos que relacionem diretamente o PDDE e o Ideb especificamente para a região de Piracicaba, região esta que se tornou em 2020 a primeira classificada no Índice de Desafios da Gestão Municipal que engloba vários indicadores de gestão pública.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral verificar se existe uma relação entre os recursos recebidos via PDDE e as notas obtidas no Ideb pelas escolas públicas municipais de Piracicaba, SP para o recorte histórico dos anos de 2013, 2015 e 2017. O recorte histórico deve-se ao período pós publicação da Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013 que regulamentou os repasses financeiros do PDDE.

Para isto, a presente pesquisa delimitou-se aos seguintes objetivos específicos:

- identificar os valores repassados do PDDE para as escolas públicas municipais de Piracicaba/SP;
- identificar as notas do Ideb para estas escolas públicas municipais;
- caracterizar e analisar a relação entre os valores recebidos do PDDE e índices do Ideb por escola sob o critério de maiores/menores índices; e

- caracterizar e analisar a relação entre os valores recebidos do PDDE e índices do Ideb por escola sob critério de localização geográfica das escolas.

A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa baseia-se no enfoque epistemológico da fenomenologia pela ênfase dada ao mundo da vida cotidiana, dos fenômenos sociais existentes na educação brasileira. Quanto ao ponto de vista dos objetivos, é uma pesquisa descritiva, pois descreve um cenário de uma determinada população com uso de técnicas padronizadas de coletas de dados. Sob o ponto de vista da análise ou abordagem do problema, caracteriza-se como uma pesquisa quanti-quali, pois analisa dados quantitativos e ergue uma análise qualitativa deles sob um contexto socioeconômico.

A pesquisa desenvolveu-se na cidade de Piracicaba, localizado no interior do estado de São Paulo, e analisou os dados do Ideb de 2013, 2015 e 2017 das escolas municipais e a verba do PPDE do ano da aplicação da prova e do ano anterior para cada uma das escolas. Identificados os dados envolvidos foi realizada uma análise estatística entre os valores recebidos do PDDE e índices do Ideb por escola sob o critério de maiores/menores índices e, também quanto ao critério de localização geográfica das escolas.

Para a apresentação do fenômeno estudado e resultados alcançados, este trabalho está organizado em cinco capítulos.

O primeiro capítulo, Introdução, apresenta o fenômeno de estudo, a questão problema e os objetivos deste estudo.

O segundo capítulo traz a fundamentação teórica utilizada como base para os conceitos utilizados e as análises realizadas. Para tal, este capítulo se organiza em três subtítulos: Indicadores Educacionais e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Financiamento Educacional e o PDDE e o último subtítulo que trabalha a relação financiamento educacional e indicadores educacionais.

O terceiro capítulo expõe a metodologia utilizada no presente trabalho, com a apresentação da caracterização da pesquisa e dos procedimentos da pesquisa.

No quarto capítulo são feitas as análises e discutidos os resultados da pesquisa. E por fim são expostas, em seção própria, as conclusões e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo traz uma abordagem teórica sobre conceitos que envolvem indicadores educacionais e financiamento educacional, com caracterização mais própria do Ideb e do PDDE, elementos mais próximos do objeto do estudo. Complementarmente, traz posições teóricas sobre a relação entre estes elementos que servirão como base para as análises postas nos capítulos subsequentes.

2.1 Indicadores Educacionais e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

A constituição Brasileira, aprovada em 1988, em seu artigo 206 estabelece que o ensino deverá ser pautado, entre outros pelo princípio da garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988). Uma das formas de tentar aferir a qualidade no ensino é o uso de indicadores e de avaliações de larga escala.

Dentre as avaliações de larga escala merecem destaque o Saeb e a antiga Prova Brasil que, em conjunto com os dados de aprovação do Censo Escolar, compõem o índice de qualidade da Educação Básica brasileira, o Ideb.

2.1.1 Indicadores Educacionais de Larga Escala

Nas avaliações de larga escala a avaliação tem foco no produto da aprendizagem, diferentemente do que ocorre dentro das salas de aula, onde o foco principal é a avaliação do processo de construção do conhecimento (LOCATELLI, 2002).

Na década de 1980, os sistemas educacionais dos Estados Unidos e de alguns países da Europa começaram a avaliar seus alunos com uma metodologia que possibilitou comparar resultados de desempenho ao longo dos anos. Nessa metodologia era possível a comparação ao longo do tempo mesmo que os itens empregados nas provas não fossem os mesmos e os alunos também não. Com esse tipo de metodologia é possível garantir a validade curricular da prova, uma vez que os currículos nos países não são únicos. Isso ocorre, pois a metodologia de avaliação costuma utilizar muitos itens de uma mesma área curricular ou disciplina para testar uma população de alunos de um país ou de uma unidade da federação (KLEIN; FONTANIVE, 2009).

Mesmo sendo amplamente utilizadas em todo o mundo, as avaliações de larga escala estão sujeitas a críticas. As principais críticas são: aumento do controle governamental sobre

as escolas, incentivo à competitividade entre escolas e estados, redução dos currículos com foco apenas nas áreas da avaliação, adequação dos alunos aos novos modelos de organização da produção, monitoramento do trabalho de docentes e diretores, adoção de currículo nacional, custo elevado, necessidade de pessoal qualificado, volume de investimentos na compra de equipamentos e na melhoria da competência técnica para utilização de modernos recursos de informática, tendência de homogeneizar a educação, dados gerados pelas avaliações nem sempre são utilizados para mudanças nos sistemas (LOCATELLI, 2002).

Uma das críticas aos modelos de avaliação de larga escala, o processo de homogeneização, é uma das formas que permitem o enfrentamento do problema da equidade com mais eficiência. Quando se definem os padrões desejáveis para cada etapa da escolarização é dessa forma que é possível definir o que a escola deve ensinar e aquilo que os alunos devem aprender (LOCATELLI, 2002).

As primeiras experiências brasileiras de avaliação em larga escala aconteceram no ano de 1988 realizado pelo Ministério da Educação (MEC) nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte. Essa experiência ocorreu com a aplicação de um projeto piloto do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público (SAEP) de 1º grau. Foram forças propulsoras dessa aplicação: o Banco Mundial, pela avaliação de impacto do Projeto Nordeste realizado no âmbito do acordo entre o MEC e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e o interesse do MEC em realizar uma avaliação mais ampla do ensino público (WERLE, 2011).

Na década de 90 inicia-se a aplicação do 1º ciclo SAEP com a participação ativa de professores e técnicos das Secretarias de Educação no tratamento como na análise dos dados. No ano de 1993 a avaliação externa em larga escala passa para responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do MEC (WERLE, 2011).

No ano de 1993 desenvolve-se o 2º ciclo SAEP, porém, o processo de avaliação em larga escala se consolida no Brasil no ano de 1995, com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (LOCATELLI, 2002; WERLE, 2011).

O Saeb foi concebido em torno de três eixos: democratização da gestão, valorização do magistério e qualidade de ensino (SILVA, 2019). A partir de 1995 ele passa a ser aplicado de dois em dois anos, focando dois componentes curriculares: português e matemática. O Saeb tem como principal característica ser uma avaliação amostral de 4ª e 8ª séries (5º e 9º

ano) do Ensino Fundamental e de 3º ano do Ensino Médio, envolvendo estudantes das redes públicas e privada, e que permite informações passíveis de serem tratadas por localização rural ou urbana, por dependência administrativa, por unidade da federação, por região e na totalidade do país (WERLE, 2011).

No processo de avaliação das respostas dos alunos, o Saeb utiliza o modelo estatístico da Teoria de Resposta ao Item - TRI (LOCATELLI, 2002). Pela TRI, a avaliação poderia oferecer informações mais amplas sobre o repertório escolar das crianças e jovens, e condições de comparabilidade em escala, o que não era possível com o modelo da Teoria Clássica dos Testes - TCT (SILVA, 2019).

Em conformidade com a Lei N° 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, o Saeb, com colaboração de todos os entes federativos, passou a ser o atual responsável por produzir (BRASIL, 2014, p. 4):

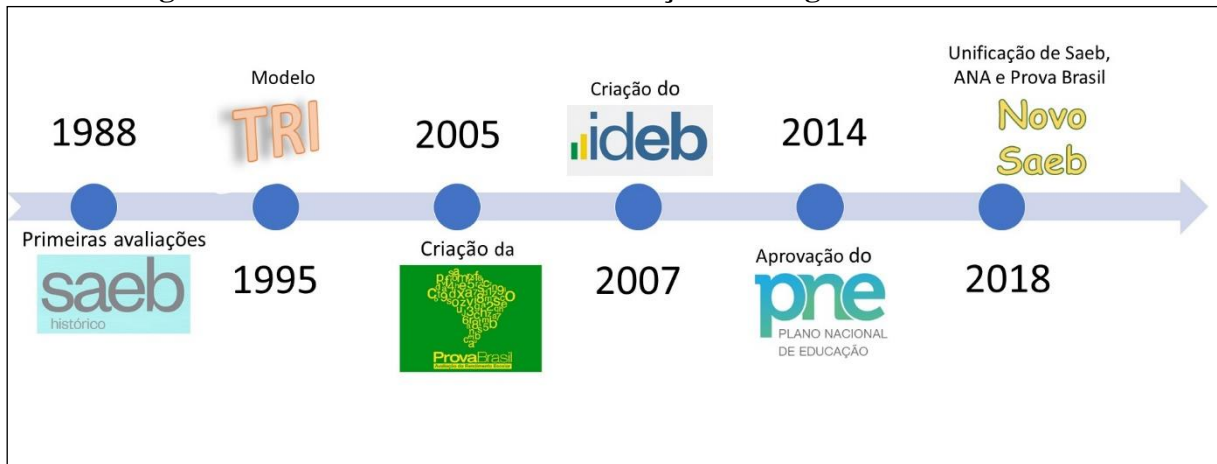
- I. indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos(as) estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos(as) alunos(as) de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica; e
- II. indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo dos(as) profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outras relevantes.

Outra importante avaliação de larga escala no Brasil é a Prova Brasil. A Prova Brasil era uma avaliação censitária das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, criada em 2005, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino. Participaram desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados 5º ano (antiga 4ª série) e 9º ano (antiga 8ª série), sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo. Com a unificação do Novo Saeb, a Prova Brasil passou a ser denominada Saeb a partir de 2018.

O uso das avaliações em larga escala acontece no Brasil há mais de duas décadas e passa por constantes atualizações nas metodologias e nos formatos de aplicação. A realização destes processos avaliativos possui duas grandes funções: 1) levantar informações ou evidências para a formulação de políticas educacionais e 2) induzir mudanças ou consolidar

reformas educacionais previamente estruturadas para os sistemas de ensino (MINHOTO, 2016). Na figura 1 é possível identificar os principais marcos históricos desse processo.

Figura 1 - Marcos históricos das avaliações de larga escala brasileiras.



Fonte: Elaboração própria

Atualmente o sistema de avaliação tem como objetivo medir a qualidade da educação a partir de sete Eixos: Equidade, Direitos Humanos e Cidadania, Ensino-Aprendizagem, Investimento, Atendimento Escolar, Gestão e Profissionais Docentes (DAEB, 2018).

No Brasil, tanto a Prova Brasil quanto o Saeb são usados na construção do maior indicador de desempenho educacional brasileiro, o Ideb. Indicadores educacionais como o Ideb permitiram o monitoramento do sistema de ensino brasileiro e são norteadores de ações políticas focalizadas na melhoria do sistema educacional, pois permitem: detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência e monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino (FERNANDES, 2007).

No Brasil a aplicação das avaliações de larga escala que serão um dos componentes do Ideb leva em consideração a série do aluno; ao contrário do Pisa (*Programme for International Student Assessment*) que é aplicada aos alunos com 15 anos de idade (FERNANDES, 2007).

2.1.2 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

O Ideb foi criado em 2007 e é um indicador de qualidade educacional que combina dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele utiliza em seus cálculos as informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), obtidas pelos estudantes ao final das etapas de ensino (5º e 9º ano do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio), com informações sobre aprovação escolar extraídas no Censo Escolar (FERNANDES, 2007).

Os indicadores de desempenho educacional utilizados para monitorar o sistema de ensino no País, são, fundamentalmente, de duas ordens: a) indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão) e b) pontuações em exames padronizados obtidas por estudantes ao final de determinada etapa do sistema de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio) (FERNANDES, 2007, p.7).

Trata-se de um índice de larga escala desenvolvido com base nas notas da prova Brasil (avaliação de larga escala) e do censo, e isto já causa críticas por inúmeros pensadores e pesquisadores. Além disso, ele recebe críticas por: representar apenas as notas dos alunos que estão presentes no dia da aplicação da prova, a proficiência de matemática possui um peso maior do que a proficiência em Leitura, um aluno com nota elevada compensa um aluno nota baixa e isso pode causar escolha da aplicação de esforços educacionais nos alunos com maior facilidade, o Ideb é muito relacionado ao NSE (nível socioeconômico) do aluno, o Ideb é muito correlacionado ao nível socioeconômico da escola (SOARES; XAVIER, 2013).

2.1.2.1 Ideb: processo de cálculo

O Ideb tem um valor de 0 até 10 e é o resultado da combinação entre fluxo e aprendizagem. Por exemplo, se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo é alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema (BRASIL, 2020).

Nesse contexto que agrega dois itens, a fórmula geral do Ideb é dada por (1) (FERNANDES, 2007):

$$IDEB_{ji} = N_{ji} P_{ji}; \quad 0 \leq N_j \leq 10; 0 \leq P_j \leq 1 \text{ e } 0 \leq IDEB_j \leq 10 \quad (1)$$

em que,

i = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

P_{ji} = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j .

Em (1), a média de proficiência padronizada dos estudantes da unidade j , N_{ji} , é obtida a partir das proficiências médias em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes submetidos à determinada edição do exame realizado ao final da etapa educacional considerada (Prova Brasil ou Saeb).

O indicador de rendimento, P_j , é obtido conforme (2), onde a proporção de aprovados em cada uma das séries da etapa considerada, p^r , é calculada diretamente do Censo Escolar.

Se p^r ($r = 1, 2, \dots, n$, em que n é o número de séries com taxa de aprovação positiva) é a taxa de aprovação da r -ésima série da etapa educacional considerada, então o tempo médio de duração da série é:

$$T_{ji} = \sum_{r=1}^n \frac{1}{p^r} = \frac{n}{P_{ji}} \quad (2)$$

Em (2), P_{ji} é a taxa média de aprovação na etapa educacional no ano i . Note-se que, na ausência de evasão durante a etapa e em equilíbrio estacionário, n/P_{ji} dá o tempo médio para conclusão de uma etapa para os estudantes da unidade j (T_{ji}). Se P é o inverso do tempo médio

para conclusão de uma série, então, $P_{ji} = \frac{1}{T_{ji}}$. Deste modo, temos que $IDEB_{ji} = \frac{N_{ji}}{T_{ji}}$, ou seja, o indicador fica sendo a pontuação no exame padronizado ajustada pelo tempo médio (em anos) para conclusão de uma série naquela etapa de ensino.

2.1.2.2 Ideb: aplicação e uso

Após a divulgação do primeiro Ideb em 2007, as redes de ensino puderam indicar eventuais problemas, sejam nos dados enviados por elas próprias ao Censo da Educação Básica ou em relação à aplicação da Prova Brasil / Saeb. Desta forma, nas escolas de séries iniciais de ensino fundamental houve alterações em 1,8% das escolas e nos anos finais de ensino fundamental em 2,1% das escolas (INEP, 2008).

Para o ensino fundamental, o Ideb é calculado por etapa, ou seja, Anos Iniciais e Anos Finais e para o Ensino Médio o Ideb só pode ser calculado para unidade da Federação, Região e Brasil. A primeira edição do Ideb foi contabilizada para 48.497 escolas, 5.553 municípios e 27 unidades da Federação para o ano de 2007 (INEP, 2008).

Ocorre que para padronizar os dados, o INEP, pautado na Portaria nº 447, de 24 de maio de 2017 realiza um processo de descarte de escolas que não atingem determinados padrões. Por exemplo, para o ano de 2017 foram excluídos dos cálculos de Ideb: a) Escolas privadas dos anos iniciais e finais do ensino fundamental; b) Escolas privadas de ensino médio que não aderiram ao SAEB 2017; c) Escolas exclusivamente de Educação Profissional; d) Escolas exclusivamente de Educação de Jovens e Adultos; e) Escolas exclusivamente de Educação Especial; f) Escolas exclusivas de Ensino Médio Normal/Magistério; g) Escolas públicas que oferecem ensino fundamental e/ou ensino médio que não realizaram o SAEB por terem menos de 10 alunos matriculados nas etapas avaliadas (5º ano/4ª série, 9º ano 8ª série e 3ª ou 4ª série do ensino médio), conforme declaração prestada ao Censo Escolar 2017; h) Escolas pertencentes às redes municipais que não aderiram ao SAEB 2017; i) Escolas que realizaram o SAEB 2017, mas não prestaram informação ao Censo Escolar sobre os alunos aprovados e, por isso, não tiveram a taxa de aprovação calculada; j) Escolas em que o número de alunos participantes do SAEB 2017 não alcançaram 80% dos alunos matriculados na etapa avaliada (INEP, 2019).

2.2 Financiamento Educacional e PDDE

Para estabelecer relação entre o financiamento educacional e o PDDE, é pertinente que estes dois elementos sejam caracterizados e contextualizados, conforme segue.

2.2.1 Fontes de Financiamento Educacional

A história do financiamento da educação brasileira pode ser dividida em três fases: Fase I de 1549 a 1759 – momento que os jesuítas foram os responsáveis pelo exercício do magistério; Fase II de 1759 até 1934 (fim da república velha) – fontes autônomas de financiamento da educação e dotações orçamentárias dos recursos para o ensino; Fase III de 1934 (CF de 1934) até os dias atuais - vinculação de um percentual mínimo de recursos tributários para o financiamento da educação (PINTO; ADRIÃO, 2006, apud PINTO, 2000).

Nos primeiros séculos após a colonização portuguesa do Brasil, de 1549 a 1759, observou-se que todo o financiamento da educação básica era realizado pela Coroa de Portugal. Esse processo consistia no ensino nas escolas de primeiras letras pelos jesuítas, em troca de concessões de terras e privilégios comerciais aos jesuítas (PINTO; ADRIÃO, 2006).

Após a ascensão de Marquês de Pombal ocorre a expulsão dos jesuítas e o financiamento do ensino, denominado aulas régias, passa a ser reduzido. Para tentar melhorar a situação é criado, em 1772, o subsídio literário que correspondia a uma taxa de dez réis sobre cada “canada” (2.622 litros) de aguardente e de um real em cada “arrátel” (0,429 quilogramas) de carne para ser investido em educação (PINTO; ADRIÃO, 2006).

A Fase II do financiamento da educação brasileira permanece até o fim da república velha (1934), onde se inicia a fase III caracterizada principalmente pela vinculação de um percentual mínimo de recursos tributários para o financiamento da educação (PINTO; ADRIÃO, 2006, apud PINTO, 2000).

O processo de vinculação de recursos de impostos para a educação iniciou-se com a promulgação da CF de 1934 (Fase III). Isso garantiu certa estabilidade aos recursos disponíveis, ou seja, em tempos de crescimento econômico, o investimento em educação cresce de forma quase inercial como reflexo do aumento da arrecadação (GOUVEIA; POLENA, 2015).

[...] a vinculação constitucional de recursos financeiros para a educação, iniciada em 1934, revogada pela Constituição da ditadura do Estado Novo (1937) e retomada pela Constituição de 1946 (que em seu art. 169, aumenta para vinte por cento o comprometimento dos municípios e incorpora a expressão, atualmente em uso, “manutenção e desenvolvimento do ensino”), para ser revogada novamente em 1967, já em plena ditadura militar (CASTRO, 2001, p. 13).

Ao longo desta terceira fase os recursos e fontes orçamentárias passaram por mudanças devido à aprovação de diferentes legislações, principalmente da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, da aprovação do FUNDEF e do FUNDEB e do PDDE. Recentemente a mais nova alteração foi a aprovação da emenda constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020 que aumentou de forma gradativa a contribuição financeira do governo federal ao FUNDEB passando dos atuais 10% para 23% em 2026 (BRASIL, 2020).

O financiamento da educação pública brasileira abrange o financiamento realizado pelo setor público e o financiamento realizado pelo setor privado mediante os gastos realizados pelas famílias e indivíduos, entidades privadas (Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial – Senai – , Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac – , associações, sindicatos, igrejas, clubes etc.) (CASTRO, 2001).

Mas para um país de tamanho continental e com tamanha desigualdade social, o financiamento da educação pública brasileira nunca é um tema simples de ser resolvido ou debatido. Pelo caráter constitucional, a educação é um dever do Estado, e a forma adotada no Brasil é a federativa. Nesse sentido, a obrigação, quanto ao financiamento do Estado para a educação pública em todos os níveis e modalidades do ensino, fundamenta-se no fato de que a educação constitui um direito social, universal e, portanto, dever do Estado (FRANÇA, 2014).

No setor público o financiamento realizado é dividido entre os três entes federativos, que convergem os valores financeiros arrecadados para tal ação, respeitados os limites da constituição de 1988:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir. (...)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (BRASIL, 1988, p. 94).

As principais fontes geradoras de recursos para os entes federativos são observadas no Quadro 1. Para evitar o uso incorreto dos raros recursos financeiros, a LDB tratou de elencar quais atividades poderiam ser enquadradas como manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) e que seriam computadas nas porcentagens de cada ente federativo (BRASIL, 1996). O artigo 70 da LDB explícita as atividades que pertencem ao grupo de MDE:

- I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

- V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
- VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
- VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
- VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar. (BRASIL, 1996, p.28).

No artigo 71 da mesma legislação são citadas como atividades não passíveis de serem enquadradas como MDE as seguintes atividades: as atividades de pesquisa não vinculadas às instituições de ensino, subvenção de caráter assistencial, desportivo ou cultural; formação de quadros especiais para a administração pública sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos; programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social; obras de infraestrutura; pagamento de servidores com quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1996).

Quadro 1 - Fontes de recursos para o financiamento educacional

União	Estados	Municípios
1. Orçamentários (Tesouro)	1. Orçamentários (Tesouro)	1. Orçamentários (Tesouro)
Ordinários do Tesouro	Vinculação da receita e impostos (25%) para Educação	Vinculação da receita de impostos (25%) para Educação
Vinculação da receita de impostos (18%) para Educação	Subvinculação do Fundef	Subvinculação do Fundef
2. Contribuições sociais	2. Transferências	2. Transferências
Salário-educação/ quota federal	Salário-educação/quota federal	Salário-educação/ quota estadual
Contribuição sobre o lucro líquido	Orçamentários da União	Salário-educação/ quota federal
Receitas brutas de prognósticos	Aplicação do Salário- educação/quota federal e outras fontes do FNDE	Orçamentários do Estado e da União
Contribuição para a seguridade social	3. Contribuição social	Aplicação do Salário-educação/ quota federal e outras fontes do FNDE
3. Outras fontes	Salário-educação/quota estadual	3. Outros
Operações de Crédito	4. Outros	Diretamente arrecadados
Renda líquida da loteria federal	Diretamente arrecadados	Operações de crédito
Renda de órgãos autônomos	Operações de crédito	Diversos
Aplicação do Salário- educação/quota federal e outras fontes do FNDE	Diversos	
Diversos		

Fonte: Adaptado de Castro (2001, p. 12).

Com a estratégia de priorizar o ensino fundamental e de reafirmar o papel do MEC enquanto coordenador das políticas nacionais foi criado, na segunda metade da década de 90, pela aprovação da Emenda Constitucional nº. 14/96, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) (CASTRO, 2001; BRASIL, 1996).

A emenda constitucional nº 14/96 estabeleceu na CF-88 que a aplicação estabelecida no artigo 34 fosse referente ao mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1996b).

Na emenda citada é importante destacar que a união tornou-se o ente responsável por financiar as instituições de ensino públicas federais (Universidades Federais, CEFETs e IFs) e exercerá, em “matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios” (BRASIL, 1996b).

Outra importante modificação da CF - 88 está relacionada à criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, de natureza contábil, o conhecido Fundef. O Fundef permaneceu como fundo da educação até 2006 quando, pela aprovação da Emenda Constitucional nº 53/2006, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

O FUNDEB, que permanece ativo até os dias atuais, é constituído por recursos de estados, municípios, distrito federal e união. É constituído por 20% dos recursos dos estados e distrito federal relacionados à: a) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; b) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior e c) propriedade de veículos automotores (BRASIL, 2006).

Integram também os recursos do FUNDEB, os valores relacionados a 20% do produto da arrecadação de impostos criados por lei complementar, não previstos no artigo 153 da CF-88; 50% do produto da arrecadação do ITR; 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de

mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (BRASIL, 2006).

Para finalizar, nos valores financeiros que compõe esse grande arcabouço financeiro chamado Fundeb tem-se os valores do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alíneas a e b) e os valores do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados (BRASIL, 2006).

Os recursos do Fundeb são distribuídos entre cada unidade da federação e respectivos municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes (BRASIL, 2006).

O processo de organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas e modalidades da educação básica e tipos de estabelecimento de ensino, a forma de cálculo do valor anual mínimo por aluno, os percentuais máximos de apropriação dos recursos dos Fundos pelas diversas etapas e modalidades da educação básica, a fiscalização e o controle dos Fundos, o prazo para fixar o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica foram estabelecidos em legislação própria.

A legislação que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, conforme os pontos indicados pela Ementa Constitucional nº 19 de 2006 foi a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (BRASIL, 2007).

Com o desenvolvimento dos debates sobre educação no Brasil, novas emendas constitucionais ocorreram, dentre elas, a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009 que tornou obrigatório, para o pleno atendimento do dever do Estado com a educação, o “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 2009b).

Outro importantíssimo fundo responsável pelo financiamento educacional brasileiro é o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). O FNDE foi criado em 1968 pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968 responsável pela também pela criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP) que pelo

DECRETO-LEI Nº 872, DE 15 DE SETEMBRO DE 1969 foi transformado em FNDE (BRASIL, 1968,1969).

O FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação) foi criado com personalidade jurídica de natureza autárquica, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura e tem por finalidade “captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, inclusive alimentação escolar e bolsas de estudo, observadas as diretrizes do planejamento nacional da educação” (BRASIL, 1968).

Ao FNDE competem todas as atribuições previstas no artigo 3º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968 alteradas pelo Decreto-Lei nº 872, de 1969 e pela Lei nº 12.801, de 2013 (BRASIL, 1968, 1969, 2013):

- a) financiar os programas de ensino superior, médio e primário, promovidos pela União, e conceder a assistência financeira aos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios e estabelecimentos particulares;
- b) financiar sistemas de bolsas de estudo, manutenção e estágio a alunos dos cursos superior e médio;
- c) apreciar, preliminarmente, as propostas orçamentárias das universidades federais e dos estabelecimentos de ensino médio e superior mantidos pela União, visando à compatibilização de seus programas e projetos com as diretrizes educacionais do governo;
- d) financiar programas de ensino profissional e tecnológico.
- e) prestar assistência técnica e financeira, conforme disponibilidade de dotações orçamentárias, para aperfeiçoar o processo de aprendizagem na educação básica pública, por intermédio da melhoria da estrutura física ou pedagógica das escolas;
- f) operacionalizar programas de financiamento estudantil;
- g) prestar assistência técnica e financeira, conforme disponibilidade de dotações orçamentárias, para garantir o acesso e a permanência do estudante no ensino superior (BRASIL, 1968, p. 1).

Os recursos orçamentários para compor o FNDE são provenientes dos recursos orçamentários que lhe forem consignados; recursos provenientes de incentivos fiscais; recursos de loterias; salário educação; transferências públicas diversas e outras fontes (BRASIL, 1968).

Conforme seus objetivos, o FNDE busca atender muitos programas que permeiam e contribuem para um processo de educação de qualidade e abrangente no Brasil. Dentro dos inúmeros programas criados, podem ser elencados o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), PNSE (Programa Nacional de Saúde do Escolar) e o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).

2.2.2 PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola

Em 1995, o governo federal criou o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE) pela Resolução FNDE/CD nº 12/1995, sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tendo a denominação alterada para Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) pela Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998 (PERONI, 2007, BRASIL, 1998).

Esta medida provisória criou o PDDE com o “objetivo de prestar assistência financeira às escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de educação especial qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas”. O repasse financeiro estabelecido pela normativa definiu como critério base o número de alunos matriculados no ensino fundamental e especial, de acordo com dados extraídos do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação e do Desporto no exercício anterior (BRASIL, 1998).

A grande inovação do (PDDE) foi o repasse financeiro diretamente à unidade executora ou à entidade representativa da comunidade escolar, com redução da burocracia e sem necessidade de formalização de convênios, o que permitiu recursos nas escolas com mais agilidade. Os recursos financeiros provenientes do PDDE podem ser usados para a cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos (PERONI, 2007).

A abrangência do PDDE nessa época compreendia as escolas públicas de ensino fundamental das redes públicas de ensino fundamental e as escolas de educação especial mantidas por organizações não-governamentais sem fins lucrativos. Por tais características o PDDE constitui-se em um dos mais importantes programas de financiamento do ensino fundamental com características de descentralização, além disso, o programa tem por premissas o reforço ao exercício da cidadania e reconhecimento que o compromisso do cidadão com o bem comum ou com o interesse público aumenta quando ele deixa de ser um mero espectador (FNDE, 2004, PERONI, 2007).

No ano de 2001 foi publicada a Medida Provisória nº 2.100-32, de 24 de maio de 2001 que reafirmou os objetivos, porém destacou também que se trata de uma assistência financeira em caráter suplementar. A MP destaca também os trâmites relacionados à prestação de contas que deve ser executado junto às Secretarias de Educação, e que os Municípios e Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal prestem contas ao FNDE (BRASIL, 2001).

Já a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, em seu artigo 22 amplia os objetivos de criação do PPDE que passam a ser:

prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, às escolas mantidas por entidades de tais gêneros e aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica (BRASIL, 2009, p. 5).

Na normativa mantem-se a ausência da necessidade de celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere e mantém os trâmites relacionados ao depósito em conta bancária específica. Não mudam também os itens passíveis de utilização dos recursos, sendo mantidos: “cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino” (BRASIL,2009).

O Programa é amplo e envolve várias ações com o objetivo da melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar para elevar os índices de desempenho da educação básica (MAFASSIOLLI,2015). Como forma de melhorar o gerenciamento dos recursos, o PDDE possui 3 ações agregadas divididas em três tipos de contas: PDDE integral (Mais Educação e Novo Mais Educação; PDDE Estrutura (Escola Acessível, Água na Escola, Escola do Campo e Escolas Sustentáveis); e PDDE Qualidade (Ensino Médio Inovador, Atleta na Escola, Mais Cultura na Escola e Mais Alfabetização) (FNDE,2020).

Os recursos do PDDE são repassados anualmente pelo FNDE às UEx (Unidade Executora Própria), EEx (Entidade Executora) ou EM (Entidade Mantenedora). A Unidade Executora Própria (UEx) é uma entidade sem fins lucrativos representativa dos estabelecimentos de ensino públicos, constituída e integrada por membros das comunidades escolar e local (caixa escolar, associação de pais e mestres, conselho escolar ou similar), ou outra instituição constituída para receber, executar e prestar contas dos recursos destinados às referidas escolas. Os recursos são repassados ao presidente da UEx que pode ou não ser o diretor da escola. Destaca-se que a UEx é obrigatória para todas as escolas com mais de 50 alunos e opcional para escolas com número inferior a 50 (FNDE, 2004; FNDE, 2013).

As Entidades Executoras (EEx) são as prefeituras municipais e secretarias de educação distrital e estaduais, responsáveis pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos destinados às escolas públicas que não instituíram UEx. A Entidade Mantenedora (EM) é uma entidade sem fins lucrativos e inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou outra similar de atendimento direto e gratuito ao público (FNDE, 2004).

A Resolução nº 6, de 27 de fevereiro de 2018, estabelece que os repasses dos recursos são realizados em duas parcelas anuais, a primeira paga até 30 de abril e a segunda parcela até 30 de setembro de cada exercício às EEx, UEx e EM que cumprirem as exigências de atualização cadastral até a data de efetivação dos pagamentos.

Esta distribuição dos recursos segue as premissas estabelecidas pela Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013. Estabelece-se na legislação que o montante repassado anualmente às UEx ou é a “soma do valor fixo, definido por estabelecimento de ensino, com o valor variável, de acordo com o número de alunos matriculados no estabelecimento, tendo como parâmetros os “Valores Referenciais de Cálculo para Repasses do PDDE” (quadro 2) que compõem o anexo desta resolução” (FNDE, 2013).

Quadro 2 - Análise dos valores fixos e per capita

VALOR FIXO ANUAL (VF/a)	VALOR PER CAPITA (VPC/a)
Escola Pública Urbana com UEx = R\$ 1000,00	Alunos de escolas urbanas ou rurais com UEx = R\$20,00
Escola Pública Rural com UEx = R\$ 2000,00	Alunos de escolas urbanas sem UEx = R\$40,00
Escola Privada de Educação Especial = R\$1000,00	Alunos de escolas rurais sem UEx = R\$60,00
Polo Presencial UAB = R\$3000,00	Alunos público alvo da educação especial em escolas públicas = R\$80,00
	Alunos de escolas privadas de educação especial = R\$20,00
	Alunos de Pólos UAB = R\$20,00

Fonte: Elaboração própria.

O montante devido às escolas públicas é, portanto, calculado somando-se um valor fixo/ano (VF/a) com o Valor per capita/ano (VPC/a). O FNDE utiliza como base o número de alunos registrados no Censo Escolar do ano anterior do repasse (FNDE, 2013).

A Resolução nº 10, de 18 de abril de 2013, trata sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 (FNDE, 2013).

Os recursos do PDDE são divididos em capital e custeio. A UEx deve informar até o dia 31 de dezembro de cada exercício, no PPDEWeb, os percentuais de recursos que desejarem receber em custeio e/ou capital no exercício subsequente ao da informação. Caso não realizem tal cadastro, as UEx e polos presenciais da UAB recebem 80% (oitenta por cento) em recursos de custeio e 20% (vinte por cento) em recursos de capital; e as EM, 50% (cinquenta por cento) em recursos de custeio e 50% (cinquenta por cento) em recursos de capital; as escolas públicas sem UEx recebem apenas recursos de custeio (FNDE, 2013).

2.3 A relação financiamento educacional e indicadores educacionais

Conforme MDS (2013), o Governo Federal brasileiro analisou índices das mais diversas áreas entre os anos de 2001 e 2012. Durante o período citado a economia brasileira teve uma melhora significativa, tendo o seu PIB per capita real um aumento de 29%, atrelado a isso o Coeficiente de Gini¹ caiu de 0,553 em 2001 para um valor de 0,500 em 2012, como comprovação da melhoria da distribuição da renda.

A pesquisa citada indica que, no mesmo período, os índices de analfabetismo passaram de 12,4% da população em 2001 para 8,5% em 2012; enquanto isso, os valores do Ideb mostraram evolução na qualidade do ensino. Nos anos iniciais (figura 2) e finais (figura 3) do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (figura 4) esse aumento na qualidade do ensino superou as metas em todos os anos analisados, exceto em 2011 para o Ensino Médio onde a meta foi apenas alcançada.

¹ Coeficiente de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. O índice é utilizado para medir a diferença de rendimentos entre os mais ricos e os mais pobres. A igualdade, ou seja, a renda igual para todos é representado pelo valor 0 (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

Figura 2 - Evolução do Ideb nos anos iniciais do Ensino Fundamental

Fonte: MDS (2013, p. 43)

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental o Ideb subiu de 3,8 para 5,0 em 2011, tendo superado a meta de 4,6 em 8%. Observou-se que a superação da meta ocorreu em todos os anos desde 2007.

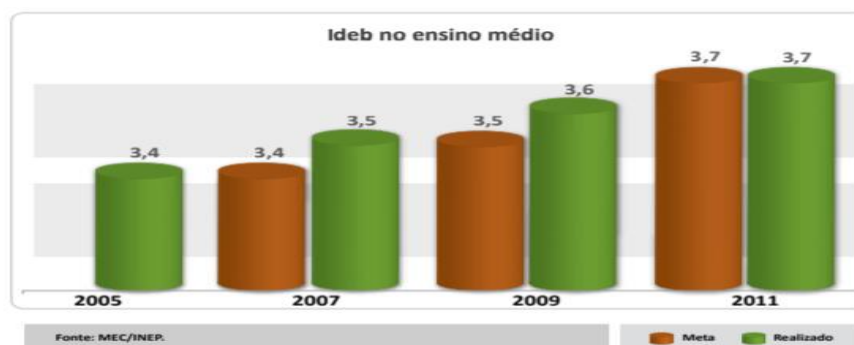
Figura 3 - Evolução do Ideb nos anos finais do Ensino Fundamental

Fonte: MDS (2013, p. 43)

Nos anos finais do Ensino Fundamental o Ideb passou de 3,5 em 2005 para 4,1 em 2011; com expectativa de aumentar para 5,5 em 2021. Já no ensino médio passou de 3,4 em 2005 para 3,7 em 2011, com a meta de 5,2 para 2021.

Observou-se assim uma relação direta entre o aumento da riqueza econômica do país (PIB) e o aumento da qualidade de ensino (Ideb) e uma relação inversa entre PIB e redução do analfabetismo.

Figura 4 - Evolução do Ideb no Ensino Médio



Fonte: MDS (2013, p. 43)

Em relação aos indicadores e/ou dados do Brasil, os pesquisadores Mello e Bertagna (2016) investigaram os dados de PIB de 2005, Ideb de 2011, taxa de analfabetismo em 2010, IDH calculado pelo PNUD de 2005 e PIB per capita de 2005 para indicar a relação entre os altos índices de analfabetismo, os recursos financeiros do estado e as condições de vida da população com seu desempenho no IDEB. Estados com menores notas no Ideb são os maiores em taxas de analfabetismo proporcional a sua população, menores PIB e PIB per capita e menores IDH.

No âmbito das escolas, outros autores buscaram correlacionar os recursos financeiros com os índices obtidos. Souza (2018) desenvolveu uma pesquisa na Escola Estadual Comendador Murta em Itinga-MG com o objetivo de analisar os efeitos da aplicação dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) de 2009 a 2013. Após a realização de entrevistas com os diferentes segmentos responsáveis pela aplicação dos recursos do PDDE, a pesquisadora identificou que os representantes de todos os segmentos entendem que a aquisição de equipamentos com os recursos do PDDE tornou as aulas mais dinâmicas e a possibilidade de realização de projetos.

Os entrevistados por Souza (2018) afirmaram que as mudanças ocasionadas pelos recursos do PDDE foram transformadas em melhor desempenho escolar dos alunos e isto se tornou perceptível através dos melhores resultados nas avaliações por disciplinas, avaliações internas e externas.

A informação dos entrevistados é corroborada pelos dados do Ideb da escola, que mostram um aumento de 3,4 em 2009 para 5,2 em 2013. Quanto aos recursos PDDE no mesmo período, os valores médios para 2009 e 2012 referentes ao valor investido por aluno

do 9º ano (discentes que realizam o SAEB) de 2010 para 2012 pode ser uma das causas para o aumento do Ideb, que passou de 4,7 em 2011 para 5,2 em 2013.

Em 2010 foi aplicado R\$ 235,15 por aluno do 9º ano que refletiu diretamente nas notas de 2011 do Ideb, já no ano de 2012 que impactou no resultado no Ideb de 2013 foi investido R\$ 1.098,85. A autora destaca que não se pode afirmar que o PDDE foi o único responsável por esse resultado, pois não foram avaliados outros itens, tais como: aumento na participação dos alunos pelo interesse no processo de aprendizado e da valorização dos estudos (SOUZA, 2018).

Com o objetivo de compreender e analisar os principais fatores que levaram duas escolas públicas a terem elevado rendimento do Ideb, sendo uma do Paraná e outra de Santa Catarina, Hornick (2012) entrevistou famílias, alunos, direção e professores. Nas duas escolas os relatos das famílias apresentaram elementos que destacavam o empenho dos docentes em ensinar, a possibilidade de perder a vaga caso o rendimento não fosse o esperado, existência de aulas extracurriculares, importância da disciplina dos alunos nas escolas e existência de recursos financeiros disponíveis nas duas unidades.

Outros autores também afirmam que a existência de recursos contribui com a melhoria do Ideb. Como motivos para aumentos de 117,6% no Ideb para o 4º/5º e de 129,6% para o Ideb do 8º/9º ano do ensino fundamental em um período de 12 anos (2005 a 2017), Santini e Fuzinato (2019) apontam três motivos: aumento do repasse pelo PDDE à instituição, proporção professor/aluno e proporção de docentes efetivos.

A escola estudada partiu de um Ideb de 3,4 para o 4º/5º em 2005 e atingiu um Ideb de 6,2 em 2015. Já o número de alunos da escola aumentou de 498 para 661, aumento de 32%. Os repasses de valores brutos de PDDE também aumentaram ao longo dos anos, em 2009 a escola recebeu o valor de R\$ 74.056,10, já em 2017 o valor obtido foi de R\$ 112.000,00, que corresponde a um aumento de 51%. Porém, ao descontar-se o IGP-M observou-se uma redução dos valores nominais enviados a essa UEx (SANTINI; FUZINATTO, 2019).

Observou-se, por estes cenários que cruzam indicadores e valores, que se caracteriza a relação de implicação entre ambos, o que nos conduz novamente à importância desta análise de forma mais específico no locus escolhido para esta pesquisa, ou seja, as escolas públicas municipais de Piracicaba/SP.

3 METODOLOGIA

O presente capítulo exhibe a metodologia da pesquisa apresentada em dois subtítulos: caracterização da pesquisa e procedimento da pesquisa. No primeiro subtítulo foram abordados os elementos relacionados ao enfoque da pesquisa, seus objetivos e o ponto de vista da abordagem do problema. No segundo subtítulo foram apresentados os itens relacionados ao procedimento de pesquisa, que incluíram a metodologia de coleta de dados e análise dos dados.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A metodologia do presente estudo foi adaptada de Oliveira Júnior, Minori e Frota (2019) que em seus estudos avaliaram a relação do PDDE e do Ideb para o município de Manaus entre os anos de 2014 e 2015. Para o presente estudo o período de análise foi ampliado de 2 para 3 intervalos de análises.

Ela foi desenvolvida para responder aos 4 objetivos do estudo: identificar os valores repassados do PDDE para as escolas públicas municipais de Piracicaba/SP, identificar as notas do Ideb para estas escolas públicas municipais; caracterizar e analisar a relação entre os valores recebidos do PDDE e índices do Ideb por escola sob o critério de maiores/menores índices e caracterizar e analisar a relação entre os valores recebidos do PDDE e índices do Ideb por escola sob critério de localização geográfica das escolas.

A pesquisa foi desenvolvida num enfoque epistemológico da fenomenologia pela ênfase dada aos fenômenos sociais existentes na educação brasileira. Quanto ao ponto de vista dos objetivos, foi uma pesquisa descritiva, pois descreve um cenário de uma determinada população com uso de técnicas padronizadas de coletas de dados. Na pesquisa o universo de pesquisa em questão é conjunto de escolas municipais de Piracicaba/SP.

Para obtenção de dados foram utilizadas as pesquisas documental e bibliográfica, consoante às definições de Lakatos e Marconi (2003). A pesquisa documental foi realizada nos sítios eletrônicos disponibilizados pelo governo federal, sites do IDEB e do FNDE, bem como por abertura de demanda ao Sistema de Informação do Cidadão do município de Piracicaba/SP. Já a pesquisa bibliográfica foi realizada em sites de pesquisas e em livros sobre o tema.

Quanto a abordagem do problema esta pesquisa foi caracterizada como uma pesquisa quanti-quali, pois analisa dados quantitativos relacionados ao tema de pesquisa e também ergue uma análise qualitativa sob um contexto socioeconômico.

No caráter quantitativo, a pesquisa analisou a possível correlação entre o resultado no Ideb das escolas públicas de Piracicaba e os recursos financeiros que foram disponibilizados para elas por meio do PDDE nos últimos 8 anos. A abordagem quantitativa caracteriza-se

(...) pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta das informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação e análise de regressão (RICHARDSON, 2012, p. 70)

No caráter qualitativo, a pesquisa buscou acender os debates relacionados ao contexto socioeconômico que permeia todos os dados e ações realizados no ambiente escolar.

3.2 Procedimentos da Pesquisa

A pesquisa desenvolveu-se na cidade de Piracicaba, localizado no interior do estado de São Paulo, e analisou os dados do Ideb de 2013, 2015 e 2017 das escolas municipais e os valores recebidos do PDDE entre os anos de 2012 e 2017, portanto os anos da aplicação da prova e do ano anterior para cada uma das escolas.

Para determinar as escolas que fizeram parte da análise, adotaram-se os seguintes critérios, atendidos cumulativamente:

- a) escolas públicas pertencentes à rede municipal de ensino;
- b) escolas que possuam resultado registrado no Ideb para os anos 2013, 2015 e 2017;
- c) escolas que receberam repasses financeiros por meio do PDDE, incluindo suas ações agregadas, entre os anos de 2012 e 2017.

Diante da natureza do problema pesquisado e dos objetivos pretendidos, os dados foram tratados e ordenados para fins de interpretação lógica.

Com o intuito de verificar se há relação entre os valores do Ideb das escolas com seus respectivos PDDE recebidos nos anos considerados e considerando a finalidade de proporcionar melhor visualização dos dados apresentados, utilizaram-se dois instrumentos estatísticos: o diagrama de dispersão e a correlação linear de Pearson.

O diagrama de dispersão revela, graficamente, a existência de possível relação entre duas variáveis quantitativas medidas no mesmo indivíduo em estudo. Desse modo, os valores de uma delas aparecem no eixo horizontal e os valores da outra aparecem no eixo vertical (MOORE; NOTZ; FLIGNER, 2014).

Para analisar a correlação das variáveis nota do Ideb e recursos do PDDE foi estimado o coeficiente de correlação de Pearson (r). Este coeficiente mede o grau da correlação linear entre duas variáveis quantitativas, é adimensional com valores situados entre -1,0 e 1,0 inclusive, e reflete a intensidade de uma relação linear entre dois conjuntos de dados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo objetiva expor os dados coletados que envolvem o problema de pesquisa definido, consoante os aspectos metodológicos adotados. Inicialmente foi feita uma descrição do cenário escolar do município de Piracicaba e na sequência são apresentadas as análises consoantes aos objetivos específicos.

4.1 O cenário escolar de Piracicaba

O município de Piracicaba localizado no interior do estado de São Paulo conta, segundo IBGE (2020), com uma população estimada de 404.142, e possui uma taxa de alfabetização de 97,5 % (para faixa de 6 a 14 anos).

Em 2018 o município contava com 46.930 matrículas no ensino fundamental e 14.125 matrículas no ensino médio. Atuam no ensino fundamental 2.359 docentes e no ensino médio 1.146 docentes. Todo esse contingente atua em 139 escolas de ensino fundamental e 69 escolas de ensino médio (IBGE, 2020).

O número de discentes matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental na rede pública de Piracicaba foi reduzido de 19.705 estudantes em 2013 para 19.397 estudantes em 2017, porém as matrículas no mesmo nível de ensino aumentaram de 5.599 estudantes para 6.557 estudantes na rede privada de ensino (QEDU, 2020).

4.1.1 O IDEB em Piracicaba

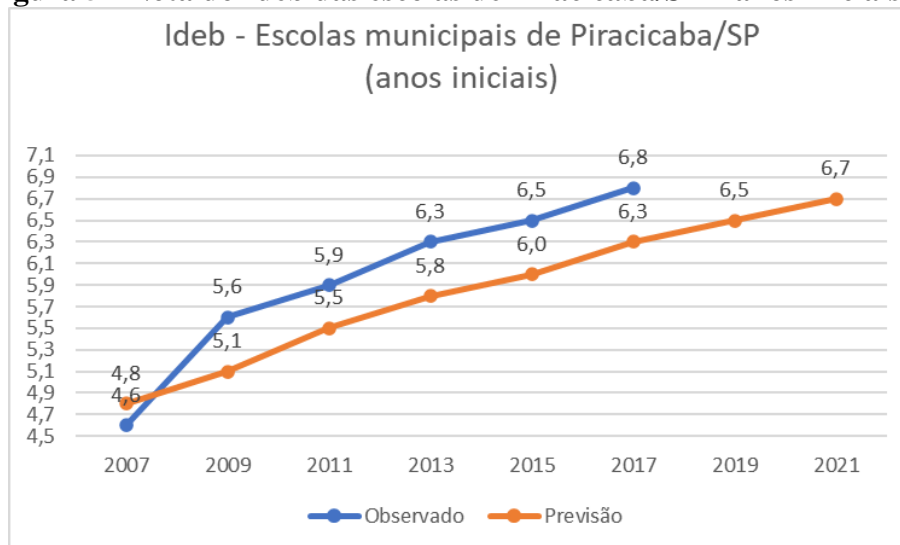
O Ideb observado para o município de Piracicaba, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, superou as notas previstas na espera municipal, entre 2009 e 2017 (figura 5).

Os dados de Ensino Fundamental, referente aos anos iniciais das escolas municipais de Piracicaba/SP, teve a nota do Ideb projetada para 2019 de 6,5 e de 6,7 para 2021 (IDEB, 2020). Desde 2009 o município de Piracicaba conseguiu ultrapassar a meta estabelecida em pelo menos 0,4 pontos para as escolas municipais do Ensino Fundamental, nos anos iniciais.

Se as projeções permanecerem, a expectativa é que no ano de 2021 o município de Piracicaba atinja para os anos iniciais do Ensino Fundamental uma nota superior a 7. A meta estabelecida pelo PNE para os anos iniciais para o ano de 2021 é de nota igual a 6,0. Identifica-se que para o ano de 2017 o município de Piracicaba, dentre as escolas municipais

avaliadas, possuía apenas três escolas que não conseguiram ainda atingir a meta estabelecida pelo PNE para 2021.

Figura 5 - Nota do Ideb das escolas de Piracicaba/SP – anos iniciais



Fonte: Elaboração própria

O Quadro 3 apresenta os resultados do Ideb e as projeções para todas as escolas municipais de Piracicaba para o período de 2013 a 2021. Destaca-se que dentre as escolas municipais a escola 35498713 foi municipalizada em 2013 e desde 2014 atende alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, motivo pelo qual não possui dados de IDEB apontados para nenhum dos anos avaliados.

Quadro 3 - Resultados do Ideb dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas municipais de Piracicaba (2013, 2015 e 2017)

Região	Código da Escola	IDEB 2013	IDEB 2015	IDEB 2017	Projeções				
					2013	2015	2017	2019	2021
Centro	35467297	-	7,1	7,3	-	-	7,3	7,4	7,6
Leste	35291006	7,0	7,3	7,5	4,7	5,0	5,3	5,6	5,8
Leste	35228936	6,7	7,1	7,1	5,9	6,2	6,4	6,6	6,9
Leste	35064592	6,7	6,6	7,3	6,5	6,7	7,0	7,2	7,3
Leste	35295607	6,3	6,3	6,4	4,6	4,9	5,2	5,4	5,7
Norte	35228916	-	-	8,0	4,9	5,2	5,4	5,7	6,0
Norte	35439812	5,1	6,3	6,5	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3
Norte	35196757	7,2	6,6	6,9	6,9	7,1	7,3	7,5	7,6
Norte	35090876	6,8	-	-	6,1	6,4	6,6	6,8	7,0
Norte	35231548	7,2	6,6	7,0	5,9	6,2	6,4	6,6	6,9
Norte	35245598	6,5	6,7	7,1	5,7	6,0	6,2	6,5	6,7
Norte	35498713	-	-	-	5	5,3	5,5	5,8	6,1

Região	Código da Escola	IDEB 2013	IDEB 2015	IDEB 2017	Projeções				
					2013	2015	2017	2019	2021
Norte	35291456	6,9	6,9	6,8	5,4	5,6	5,9	6,2	6,4
Norte	35245604	6,3	5,9	6,5	6,1	6,4	6,6	6,8	7,0
Norte	35133516	6,5	6,9	7,3	5,7	6,0	6,2	6,5	6,7
Norte	35270441	5,4	5,3	5,3	5,0	5,3	5,6	5,8	6,1
Norte	35066096	6,3	6,8	6,4	5,5	5,7	6,0	6,2	6,5
Norte	35564631	-	7,5	7,0	-	-	7,6	7,8	7,9
Norte	35196745	5,7	5,8	6,6	5,8	6,0	6,3	6,5	6,7
Norte	35246128	6,1	6,4	6,6	6,0	6,3	6,5	6,7	6,9
Norte	35497010	-	5,9	5,8	-	-	6,1	6,3	6,6
Oeste	35270453	6,1	5,5	-	5,0	5,3	5,6	5,9	6,1
Oeste	35070907	6,5	6,5	6,8	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4
Oeste	35081206	6,7	6,5	6,8	6,5	6,7	6,9	7,1	7,3
Oeste	35467339	-	6,0	6,5	-	-	6,3	6,5	6,7
Oeste	35564643	-	6,3	6,5	-	-	6,5	6,7	6,9
Oeste	35090815	5,6	-	-	-	5,9	6,1	6,3	6,6
Oeste	35411826	5,4	5,9	5,6	5,2	5,4	5,7	6,0	6,2
Oeste	35270436	7,6	7,4	7,7	6,5	6,7	6,9	7,1	7,3
Oeste	35467315	-	6,3	6,8	-	-	6,5	6,7	6,9
Oeste	35246281	6,4	6,3	-	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4
Rural	35441004	-	-	-	-	-	-	-	-
Rural	35467327	-	6,5	6,8	-	-	6,7	6,9	7,1
Rural	35223037	6,5	6,5	6,6	6,0	6,3	6,5	6,7	6,9
Rural	35222422	6,3	6,6	6,9	5,7	6,0	6,2	6,5	6,7
Rural	35228965	6,8	6,7	7,2	6,5	6,7	6,9	7,1	7,3
Rural	35638201	4,7	5,5	5,5	-	5,0	5,2	5,5	5,8
Sul	35467261	5,8	6,4	6,3	-	6,0	6,3	6,5	6,7
Sul	35304585	6,2	6,3	6,6	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6
Sul	35090906	5,4	5,8	6,0	6,1	6,3	6,6	6,8	7,0
Sul	35439859	6,3	6,7	6,4	-	6,5	6,7	6,9	7,1
Sul	35295590	6,5	6,2	6,8	5,7	5,9	6,2	6,4	6,6
Sul	35090852	8,1	7,3	7,9	6,4	6,6	6,8	7,0	7,2
Sul	35228953	6,5	7,8	7,7	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4
Sul	35467285	6,1	6,7	6,3	-	6,3	6,6	6,8	7,0
Sul	35245616	6,6	7,3	7,1	6,2	6,4	6,7	6,9	7,1
Sul	35228928	6,1	6,1	7,1	5,1	5,4	5,7	6,0	6,2

Fonte: Elaboração própria da autora

Para identificar as escolas com melhores e piores rendimentos no Ideb nos anos iniciais do Ensino Fundamental foram destacadas as cinco escolas com as maiores notas e outras cinco escolas com as menores notas anualmente (Quadros 4, 5 e 6).

Observou-se que a escola 35090852 da região sul, que ficou em 1º lugar no ano de 2013, manteve-se entre as cinco melhores notas do Ideb de Piracicaba nos anos de 2015 e 2017. A mesma tendência observou-se com as escolas 35270436 da região oeste e 35291006 da região leste.

Por outro lado, a tendência de manutenção entre as piores escolas também é observada. A escola 35638201 da região rural foi a que apresentou o pior resultado em 2013, manteve-se entre os 5 piores rendimentos também para os anos de 2015 e 2017. A mesma tendência observou-se com as escolas 35090906 da região sul e 35270441 da região norte.

Em 2013 a maior nota do Ideb entre as escolas avaliadas em Piracicaba foi de 8,1 e a menor nota foi 4,7. Essa diferença de 3,4 pontos corresponde a uma variação de 72%.

Quadro 4 - Escolas com maiores e menores notas do Ideb em 2013 em Piracicaba

Maiores notas do Ideb - 2013			Menores notas do Ideb – 2013		
Região	Código	Nota	Região	Código	Nota
Sul	35090852	8,1	Norte	35270441	5,4
Oeste	35270436	7,6	Oeste	35411826	5,4
Norte	35196757	7,2	Sul	35090906	5,4
Norte	35231548	7,2	Norte	35439812	5,1
Leste	35291006	7,0	Rural	35638201	4,7

Fonte: Elaboração Própria

Em 2015 a maior nota registrada entre as escolas municipais de Piracicaba foi 7,8; valor inferior ao valor registrado no ano de 2013. A menor nota para o ensino fundamental anos iniciais entre as escolas municipais foi 5,3 valor superior ao menor valor registrado em 2013.

Esses dados mostram uma possível homogeneização das escolas de Piracicaba. Este processo pode acontecer por vários fatores dentre os quais podem ser levantados: transferência de estudantes e docentes entre as unidades, organização da rede de educação municipal, currículo do município, entre outros.

Quadro 5 - Escolas com maiores e menores notas do Ideb em 2015 em Piracicaba

Maiores notas do Ideb – 2015			Menores notas do Ideb – 2015		
Região	Código	Nota	Região	Código	Nota
Sul	35228953	7,8	Norte	35196745	5,8
Norte	35564631	7,5	Sul	35090906	5,8
Oeste	35270436	7,4	Oeste	35270453	5,5
Sul	35090852	7,3	Rural	35638201	5,5
Leste	35291006	7,3	Norte	35270441	5,3

Fonte: Elaboração Própria

No ano de 2017 a maior nota foi 8,0 e a menor nota foi 5,3. A menor nota foi idêntica à nota alcançada pela mesma escola em 2015. Quanto à maior nota houve um aumento de 2% em relação ao Ideb anterior.

Quadro 6 - Escolas com maiores e menores notas do Ideb em 2015 em Piracicaba

Maiores notas do Ideb - 2017			Menores notas do Ideb – 2017		
Região	Código	Nota	Região	Código	Nota
Norte	35228916	8,0	Sul	35090906	6,0
Sul	35090852	7,9	Norte	35497010	5,8
Sul	35228953	7,7	Oeste	35411826	5,6
Oeste	35270436	7,7	Rural	35638201	5,5
Leste	35291006	7,5	Norte	35270441	5,3

Fonte: Elaboração Própria

A partir desse ponto do trabalho, serão apresentados e analisados apenas os dados da amostra de escolas do município de Piracicaba que estejam em conformidade com os critérios estabelecidos na metodologia e que permitiram ao longo do texto analisar a relação entre IDEB e PDDE. Desta forma, foram excluídas as escolas recém implantadas ou que tenham deixado de ofertar o Ensino Fundamental - anos iniciais.

Foram analisadas 33 escolas que possuíam resultado registrado no Ideb para os anos 2013, 2015 e 2017 e que receberam algum recurso do PDDE entre os anos de 2012 e 2017. As escolas 35467261 e 35467285 não receberam repasses financeiros no ano de 2014, porém, foram mantidas na pesquisa devido a existência de dados de Ideb.

Os valores médios do Ideb das escolas amostrados foram, respectivamente. 6,4; 6,5 e 6,7, para os anos de 2013, 2015 e 2017. O desvio padrão obtido para os respectivos valores médios foram de 0,70; 0,56 e 0,60 para os anos de 2013, 2015 e 2017, respectivamente.

Esses valores observados de desvio padrão foram considerados baixos pois demonstraram que não houve afastamento relevante do valor médio do Ideb em cada um dos anos analisados; este afastamento foi inferior a um ponto na média. Esta afirmação foi fortalecida pelo coeficiente de variação (CV), calculado em 10,94% em 2013, 8,62% em 2015 e 8,96% em 2017. Esses elementos demonstram que os valores do Ideb não têm diferenças substanciais, pois quanto menor for o valor do coeficiente de variação, mais homogêneos serão os dados, ou seja, menor será a dispersão em torno da média.

Quadro 7 - Escolas com maiores e menores notas do Ideb em Piracicaba

Região	Código da Escola	IDEB 2013	Classificação	IDEB 2015	Classificação	IDEB 2017	Classificação
Sul	35090852	8,1	1°	7,3	3°	7,7	2°
Oeste	35270436	7,6	2°	7,8	1°	7,9	1°
Norte	35231548	7,2	3°	7,4	2°	7,7	2°
Norte	35196757	7,2	4°	7,3	4°	7,5	4°
Leste	35291006	7,0	5°	6,9		7,2	
Norte	35291456	6,9		6,6		6,9	
Rural	35228965	6,8		6,7		7,1	
Leste	35064592	6,7		7,3	5°	7,3	5°
Leste	35228936	6,7		7,1		7,3	5°
Oeste	35081206	6,7		6,7		7,1	
Sul	35245616	6,6		6,1		6,4	
Oeste	35070907	6,5		6,9		7,1	
Sul	35228953	6,5		6,6		6,8	
Norte	35133516	6,5		6,6		6,8	
Norte	35245598	6,5		6,6		6,8	
Sul	35295590	6,5		6,5		6,8	
Rural	35223037	6,5		6,5		6,6	
Norte	35245604	6,3		6,5		6,6	
Norte	35066096	6,3		6,4		6,6	
Sul	35439859	6,3		6,3		6,5	
Rural	35222422	6,3		6,2		6,4	
Leste	35295607	6,3		5,8	31°	6,0	30°
Sul	35304585	6,2		6,3		6,5	
Norte	35246128	6,1		6,8		7,1	
Sul	35467285	6,1		6,7		7,0	
Sul	35228928	6,1		5,9	29°	6,3	29°
Sul	35467261	5,8		6,3		6,4	
Norte	35196745	5,7		6,7		6,9	
Sul	35090906	5,4	31°	6,4		6,6	
Norte	35270441	5,4	31°	5,9	29°	6,3	29°
Oeste	35411826	5,4	31°	5,8	31°	5,6	31°
Norte	35439812	5,1	32°	5,5	32°	5,5	32°
Rural	35638201	4,7	33°	5,3	33°	5,3	33°

Fonte: Elaboração própria

As notas do Ideb nos três anos estão entre 4,7 (mínimo) e 8,1 (máximo). No ano de 2013 o valor máximo obtido foi de 8,1; enquanto, que nos anos seguintes houve uma redução da nota máxima para 7,8 em 2015 e 7,9 em 2017. Já em relação às notas mínimas observou-se um aumento do valor mínimo obtido pelas escolas para 4,7 pontos em 2013 para 5,3 pontos em 2015 e 2017 (Quadro 7).

Observou-se também que mesmo com as exclusões de uma parcela dos dados, a tendência observada de manutenção das escolas com as maiores notas ao longo do tempo permanece também (destacadas na cor azul). A mesma tendência é identificada para as escolas com as menores notas (destacadas na cor laranja) (Quadro 7).

Quadro 8 - Variação entre Ideb atingido e Meta do Ideb

Região	Código da Escola	2013			2015			2017		
		Ideb atingido	Meta	Variação (%)	Ideb atingido	Meta	Variação (%)	Ideb atingido	Meta	Variação (%)
Norte	35196757	7,2	4,7	53,19	7,3	5,0	46,00	7,5	5,3	41,51
Norte	35231548	7,2	5,3	35,85	7,4	5,6	32,14	7,7	5,9	30,51
Oeste	35081206	6,7	5,1	31,37	6,7	5,4	24,07	7,1	5,7	24,56
Sul	35245616	6,6	4,6	43,48	6,1	4,9	24,49	6,4	5,2	23,08
Leste	35064592	6,7	5,7	17,54	7,3	6,0	21,67	7,3	6,2	17,74
Oeste	35270436	7,6	6,4	18,75	7,8	6,6	18,18	7,9	6,8	16,18
Norte	35245598	6,5	5,3	22,64	6,6	5,6	17,86	6,8	5,9	15,25
Sul	35228953	6,5	5,4	20,37	6,6	5,6	17,86	6,8	5,9	15,25
Rural	35228965	6,8	5,7	19,30	6,7	6,0	11,67	7,1	6,2	14,52
Sul	35439859	6,3	5,3	18,87	6,3	5,6	12,50	6,5	5,8	12,07
Sul	35090852	8,1	6,5	24,62	7,3	6,7	8,96	7,7	6,9	11,59
Norte	35291456	6,9	5,7	21,05	6,6	6,0	10,00	6,9	6,2	11,29
Norte	35246128	6,1	5,9	3,39	6,8	6,2	9,68	7,1	6,4	10,94
Sul	35295590	6,5	5,7	14,04	6,5	5,9	10,17	6,8	6,2	9,68
Sul	35467285	6,1	5,9	3,39	6,7	6,2	8,06	7,0	6,4	9,38
Norte	35066096	6,3	5,6	12,50	6,4	5,9	8,47	6,6	6,1	8,20
Sul	35467261	5,8	5,5	5,45	6,3	5,7	10,53	6,4	6,0	6,67
Oeste	35070907	6,5	6,2	4,84	6,9	6,4	7,81	7,1	6,7	5,97
Norte	35439812	5,1	-	-	5,5	5,0	10,00	5,5	5,2	5,77
Sul	35090906	5,4	5,8	-6,90	6,4	6,0	6,67	6,6	6,3	4,76
Leste	35291006	7,0	6,5	7,69	6,9	6,7	2,99	7,2	6,9	4,35
Leste	35228936	6,7	6,5	3,08	7,1	6,7	5,97	7,3	7,0	4,29
Norte	35245604	6,3	6,0	5,00	6,5	6,3	3,17	6,6	6,5	1,54
Rural	35223037	6,5	6,0	8,33	6,5	6,3	3,17	6,6	6,5	1,54
Norte	35270441	5,4	-	-	5,9	6,0	-1,67	6,3	6,3	0,00
Norte	35133516	6,5	6,5	0,00	6,6	6,7	-1,49	6,8	6,9	-1,45
Sul	35304585	6,2	6,1	1,64	6,3	6,4	-1,56	6,5	6,6	-1,52
Oeste	35411826	5,4	5,2	3,85	5,8	5,4	7,41	5,6	5,7	-1,75
Rural	35222422	6,3	-	-	6,2	6,5	-4,62	6,4	6,7	-4,48
Sul	35228928	6,1	-	-	5,9	6,3	-6,35	6,3	6,6	-4,55
Rural	35638201	4,7	5,0	-6,00	5,3	5,3	0,00	5,3	5,6	-5,36
Norte	35196745	5,7	6,9	-17,39	6,7	7,1	-5,63	6,9	7,3	-5,48
Leste	35295607	6,3	6,1	3,28	5,8	6,3	-7,94	6,0	6,6	-9,09

Fonte: Elaboração própria

Em relação ao cumprimento das metas estabelecidas para o Ideb nas escolas amostradas, identifica-se que 23 das 33 escolas analisadas atingiram a meta estabelecida para o Ideb nos três anos analisados (Quadro 8).

Os maiores distanciamentos positivos em relação à meta estabelecida aconteceram na escola 35196757 que obteve variações de 53,19%; 46,00% e 41,51%. Os resultados apresentados nesta pesquisa indicam que as escolas com as menores notas no Ideb foram as que mais ficaram distantes de atingir a meta estabelecida ou que não conseguiram atingir a meta estabelecida pelo MEC.

Matos e Rodrigues (2016), ao analisarem diferentes fatores facilitadores para o cumprimento das metas do Ideb identificaram que para os anos iniciais do ensino fundamental, a variável de maior impacto sobre a probabilidade de a escola atingir a meta do Ideb 2013 é a infraestrutura da escola.

Ao analisar as notas do Ideb de 2017 as escolas com maiores distanciamentos negativos da meta do Ideb de 2017 foram: 35222422, 35228928, 35638201, 35196745 e 35295607. Ao analisar os dados do censo das 5 escolas quanto aos aspectos relacionados à infraestrutura identifica-se que nenhuma possui biblioteca e nem laboratório de ciências (Quadro 9).

A matriz de referência do Saeb (BRASIL, 2020) para Língua Portuguesa tem como foco principal para o 5º ano a leitura.

A leitura implica, também e principalmente, a produção e construção de sentidos e, nesse processo, o sujeito se forma como leitor em interação com o texto, com outros textos, a partir da sua própria história de leitor e de suas experiências de vida. Considera-se, então, que o acesso aos bens culturais é fundamental para o processo de se tornar leitor, ao mesmo tempo em que é essencial, para isso, realizar um tipo de trabalho com a leitura que possibilite refletir sobre essas relações, sobre os sentidos apreendidos no texto e sobre os sentidos construídos e reconstruídos pelo leitor (BRASIL, 2008, p. 20)

Se a leitura é um processo de construção e de reconstrução de sentidos, ao observar que as escolas analisadas com os menores Ideb não possuem Bibliotecas é possível estabelecer uma potencial correlação entre a ausência da infraestrutura e os valores do Ideb obtidos pelas escolas apontadas.

Silva e Oliveira (2009) estudaram em escolas municipais da Bahia a potencial relação entre diferentes variáveis e a relação com o Ideb. Os resultados permitiram concluir que não existe relação expressiva entre gastos educacionais a nível municipal e desempenho escolar.

Os autores destacaram ainda que a melhoria na qualidade da educação não está somente vinculada na quantidade de recursos financeiros aplicados, mas sim na alocação desses recursos. Destacam ainda que infraestrutura escolar e a escolaridade dos docentes mostraram-se influentes nos resultados do IDEB (SILVA; OLIVEIRA, 2009)

Quadro 9 - Infraestrutura das 5 escolas com menores notas do Ideb em 2017

	35295607	35196745	35638201	35228928	35222422
As dependências da escola são acessíveis aos portadores de deficiência?	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Os sanitários são acessíveis aos portadores de deficiência?	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Existe sanitário dentro do prédio da escola?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Existe sanitário fora do prédio da escola?	Sim	Não	Não	Não	Sim
A escola possui biblioteca?	Não	Não	Não	Não	Não
A escola possui cozinha?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
A escola possui laboratório de informática?	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
A escola possui laboratório de ciências?	Não	Não	Não	Não	Não
A escola possui sala de leitura?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
A escola possui quadra de esportes?	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
A escola possui sala para a diretoria?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
A escola possui sala para os professores?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
A escola possui sala de atendimento especial?	Não	Não	Não	Sim	Não
Aparelho de DVD	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Impressora	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Copiadora	Não	Não	Não	Não	Sim
Retroprojetor	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Televisão	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Internet	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Banda larga	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Computadores para uso dos alunos	15	6	0	17	6
Computadores para uso administrativo	7	5	0	8	4

Fonte: Elaboração Própria

4.1.2 O PDDE em Piracicaba

O repasse financeiro do PDDE para as escolas municipais de Piracicaba foi de R\$361.644,70 em 2012, R\$ 675.980,00 em 2013, R\$ 355.682,92 em 2014, R\$ 288.322,92 em 2015, R\$ 1.446.810,00 em 2016 e de R\$ 992.380,00 em 2017. Em 2017 o orçamento de Piracicaba aprovado pela Lei Orçamentária Anual foi de R\$1.593.373.779,00, sendo repassados para a rubrica de Educação Básica um valor total de R\$288.485.000,00. Desta forma o valor repassado pelo PDDE às escolas municipais de Piracicaba no ano de 2017 correspondeu a menos de 34% do valor total repassado pelo município para a rubrica de educação básica (PIRACICABA, 2017, 2020).

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) repassou às escolas municipais do presente estudo um montante de R\$ 176.883,00 no ano de 2012, R\$ 324.060,00 no ano de 2013, R\$ 281.796,60 no ano de 2014, R\$ 316.660,00 no ano de 2015, R\$ 319.720,00 no ano de 2016 e R\$ 329.580,00 no ano de 2017 (Quadro 10).

No ano de 2012 as rubricas repassadas pelo PDDE às escolas foram divididas em “Manutenção escolar - PDDE- FUND.”, “PDDE EXTRA RURAL - Pré-Escola”, “PDDE EXTRA RURAL – Creche”, “PDDE EXTRA RURAL – Fundamental”, “Manutenção Escolar - PDDE - Pré-Escola”, “Manutenção Escolar - PDDE – Creche” e “Manutenção Escolar - PDDE - EXTRA URB”. Já nos demais anos subsequentes as rubricas foram unificadas.

No ano de 2013 o repasse recebeu o nome de “MANUTENÇÃO ESCOLAR - PDDE ED. BÁSICA” e foi paga em apenas uma parcela. Já em 2014 o repasse financeiro foi dividido em duas parcelas: “PDDE - 1ª parcela 2014” e “PDDE - 2ª parcela 2014”, porém, destaca-se que a 2ª parcela foi de fato repassada para as escolas apenas em fevereiro de 2015.

No ano de 2015 o repasse aconteceu em parcela única com o nome de “PDDE – Manutenção Escolar - ED. BÁSICA”. Em 2016 e 2017 os repasses também foram realizados em duas parcelas: “PDDE - Manutenção Escolar - 1ª parcela” e “PDDE - Manutenção Escolar - 2ª parcela”.

Quadro 10 - Valores de repasse de PDDE no período de 2012 até 2017 em Piracicaba/SP

Região	Código da Escola	2012 TOTAL	2013 TOTAL	2014 – TOTAL	2015 – TOTAL	2016- TOTAL	2017 – TOTAL
Sul	35090852	10.725,90	17.140,00	15.880,00	15.160,00	15.000,00	16.140,00
Oeste	35270436	5.032,80	9.000,00	8.080,00	8.340,00	8.660,00	9.540,00
Norte	35231548	5.108,40	10.160,00	9.440,00	9.480,00	9.560,00	9.700,00
Norte	35196757	7.005,60	14.160,00	11.766,04	13.740,00	13.920,00	13.500,00
Leste	35291006	7.134,30	12.520,00	12.120,00	11.540,00	12.080,00	11.680,00
Norte	35291456	5.486,40	11.680,00	11.460,00	11.060,00	10.760,00	10.020,00
Rural	35228965	3.550,80	5.120,00	4.900,00	5.400,00	5.180,00	5.620,00
Leste	35064592	7.317,00	10.100,00	0,00	9.020,00	9.000,00	9.500,00
Leste	35228936	5.196,60	10.240,00	9.220,00	9.020,00	9.600,00	9.680,00
Oeste	35081206	7.539,00	14.900,00	3.330,08	17.560,00	17.640,00	18.420,00
Sul	35245616	4.799,70	8.760,00	8.480,00	8.800,00	9.100,00	9.380,00
Oeste	35070907	7.455,60	13.580,00	12.900,00	12.520,00	12.660,00	13.420,00
Sul	35228953	2.794,50	3.700,00	3.660,00	3.660,00	3.620,00	4.200,00
Norte	35133516	4.963,50	9.640,00	9.458,84	8.260,00	8.920,00	9.780,00
Norte	35245598	2.775,60	6.600,00	6.280,00	5.680,00	6.680,00	6.800,00
Sul	35295590	3.374,10	4.880,00	4.480,00	4.400,00	4.840,00	4.880,00
Rural	35223037	3.607,50	5.060,00	4.840,00	4.720,00	4.980,00	4.720,00
Norte	35245604	4.673,70	7.700,00	5.405,40	7.980,00	8.120,00	8.580,00
Norte	35066096	8.402,40	16.640,00	16.300,00	15.580,00	15.960,00	16.480,00
Sul	35439859	3.183,00	10.160,00	10.825,62	10.940,00	11.080,00	10.860,00
Rural	35222422	9.152,10	11.960,00	11.800,00	10.060,00	10.200,00	11.200,00
Leste	35295607	3.122,10	4.960,00	5.300,00	4.760,00	5.180,00	5.380,00
Sul	35304585	5.109,00	15.200,00	3.934,40	14.180,00	14.260,00	14.260,00
Norte	35246128	7.606,80	14.680,00	12.855,52	12.920,00	12.040,00	12.420,00
Sul	35467285	0,00	0,00	5.880,00	6.080,00	5.640,00	6.740,00
Sul	35228928	7.581,60	8.220,00	7.660,00	7.260,00	7.380,00	7.580,00
Sul	35467261	0,00	0,00	5.780,00	5.820,00	5.480,00	6.200,00
Norte	35196745	6.623,40	12.520,00	12.360,00	11.880,00	11.280,00	11.800,00
Sul	35090906	7.383,60	16.940,00	17.420,00	15.840,00	15.860,00	15.360,00
Norte	35270441	8.085,60	14.980,00	13.140,00	12.800,00	12.620,00	12.680,00
Oeste	35411826	4.283,10	7.480,00	7.200,00	7.300,00	7.060,00	7.340,00
Norte	35439812	2.960,40	7.940,00	7.800,00	7.740,00	8.220,00	8.420,00
Rural	35638201	4.848,90	7.440,00	1.840,70	7.160,00	7.140,00	7.300,00
	TOTAL	176.883,00	324.060,00	281.796,60	316.660,00	319.720,00	329.580,00

Fonte: Elaboração própria

Os recursos destinados pelo FNDE sobre a rubrica do PDDE devem ser usados para a cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários (BRASIL, 2013).

Quadro 11 - Recursos do PDDE por categoria para 2012 e 2013

Região	Código da Escola	2012 (R\$)				2013 (R\$)			
		Custeio	%	Capital	%	Custeio	%	Capital	%
Sul	35090852	5.362,95	50,00	5.362,95	50,00	5.142,00	30,00	11.998,00	70,00
Oeste	35270436	3.522,96	70,00	1.509,84	30,00	5.400,00	60,00	3.600,00	40,00
Norte	35231548	4.086,72	80,00	1.021,68	20,00	8.128,00	80,00	2.032,00	20,00
Norte	35196757	3.152,52	45,00	3.853,08	55,00	5.664,00	40,00	8.496,00	60,00
Leste	35291006	2.853,72	40,00	4.280,58	60,00	6.260,00	50,00	6.260,00	50,00
Norte	35291456	1.645,92	30,00	3.840,48	70,00	2.336,00	20,00	9.344,00	80,00
Rural	35228965	2.840,64	80,00	710,16	20,00	3.584,00	70,00	1.536,00	30,00
Leste	35064592	2.195,10	30,00	5.121,90	70,00	4.040,00	40,00	6.060,00	60,00
Leste	35228936	3.117,96	60,00	2.078,64	40,00	6.144,00	60,00	4.096,00	40,00
Oeste	35081206	6.031,20	80,00	1.507,80	20,00	5.960,00	40,00	8.940,00	60,00
Sul	35245616	2.399,85	50,00	2.399,85	50,00	4.380,00	50,00	4.380,00	50,00
Oeste	35070907	2.982,24	40,00	4.473,36	60,00	2.716,00	20,00	10.864,00	80,00
Sul	35228953	558,9	20,00	2.235,60	80,00	1.850,00	50,00	1.850,00	50,00
Norte	35133516	1.489,05	30,00	3.474,45	70,00	4.820,00	50,00	4.820,00	50,00
Norte	35245598	1.110,24	40,00	1.665,36	60,00	2.640,00	40,00	3.960,00	60,00
Sul	35295590	1.012,23	30,00	2.361,87	70,00	1.952,00	40,00	2.928,00	60,00
Rural	35223037	1.803,75	50,00	1.803,75	50,00	2.530,00	50,00	2.530,00	50,00
Norte	35245604	2.336,85	50,00	2.336,85	50,00	6.160,00	80,00	1.540,00	20,00
Norte	35066096	4.201,20	50,00	4.201,20	50,00	9.984,00	60,00	6.656,00	40,00
Sul	35439859	1.273,20	40,00	1.909,80	60,00	4.064,00	40,00	6.096,00	60,00
Rural	35222422	4.576,05	50,00	4.576,05	50,00	4.784,00	40,00	7.176,00	60,00
Leste	35295607	2.497,68	80,00	624,42	20,00	3.472,00	70,00	1.488,00	30,00
Sul	35304585	1.532,70	30,00	3.576,30	70,00	3.040,00	20,00	12.160,00	80,00
Norte	35246128	3.042,72	40,00	4.564,08	60,00	5.872,00	40,00	8.808,00	60,00
Sul	35467285								
Sul	35228928	5.307,12	70,00	2.274,48	30,00	4.932,00	60,00	3.288,00	40,00
Sul	35467261								
Norte	35196745	3.974,04	60,00	2.649,36	40,00	7.512,00	60,00	5.008,00	40,00
Sul	35090906	2.953,44	40,00	4.430,16	60,00	8.470,00	50,00	8.470,00	50,00
Norte	35270441	4.042,80	50,00	4.042,80	50,00	10.486,00	70,00	4.494,00	30,00
Oeste	35411826	2.141,55	50,00	2.141,55	50,00	2.244,00	30,00	5.236,00	70,00
Norte	35439812	2.368,32	80,00	592,08	20,00	3.970,00	50,00	3.970,00	50,00
Rural	35638201	3.879,12	80,00	969,78	20,00	2.976,00	40,00	4.464,00	60,00
TOTAL		90.292,74	51,05	86.590,26	48,95	151.512,00	46,75	172.548,00	53,25

Fonte: Elaboração própria

Conforme a Resolução nº 6, de 27 de fevereiro de 2018 as escolas podem escolher qual a categoria dos recursos que deseja receber: capital e/ou custeio. Observou-se que existe uma grande variação entre as porcentagens de recursos aplicadas em custeio e capital apresentadas para cada escola e em cada um dos anos de análise (Quadro 11, 12 e 13).

Quadro 12 - Recursos do PDDE por categoria para 2014 e 2015

Região	Código da Escola	2014 (R\$)				2015 (R\$)			
		Custeio	%	Capital	%	Custeio	%	Capital	%
Sul	35090852	4.764,00	30,00	11.116,00	70,00	6.064,00	40,00	9.096,00	60,00
Oeste	35270436	4.848,00	60,00	3.232,00	40,00	4.170,00	50,00	4.170,00	50,00
Norte	35231548	7.552,00	80,00	1.888,00	20,00	7.584,00	80,00	1.896,00	20,00
Norte	35196757	7.059,62	60,00	4.706,42	40,00	8.244,00	60,00	5.496,00	40,00
Leste	35291006	2.424,00	20,00	9.696,00	80,00	5.770,00	50,00	5.770,00	50,00
Norte	35291456	2.292,00	20,00	9.168,00	80,00	11.060,00	100,00	0	0,00
Rural	35228965	2.450,00	50,00	2.450,00	50,00	2.700,00	50,00	2.700,00	50,00
Leste	35064592					5.412,00	60,00	3.608,00	40,00
Leste	35228936	5.532,00	60,00	3.688,00	40,00	7.216,00	80,00	1.804,00	20,00
Oeste	35081206	666,02	20,00	2.664,06	80,00	3.512,00	20,00	14.048,00	80,00
Sul	35245616	4.240,00	50,00	4.240,00	50,00	4.400,00	50,00	4.400,00	50,00
Oeste	35070907	5.160,00	40,00	7.740,00	60,00	5.008,00	40,00	7.512,00	60,00
Sul	35228953	1.464,00	40,00	2.196,00	60,00	1.464,00	40,00	2.196,00	60,00
Norte	35133516	1.911,54	20,00	7.646,14	80,00	7.712,00	80,00	1.928,00	20,00
Norte	35245598	5.024,00	80,00	1.256,00	20,00	4.544,00	80,00	1.136,00	20,00
Sul	35295590	2.240,00	50,00	2.240,00	50,00	2.640,00	60,00	1.760,00	40,00
Rural	35223037	3.872,00	80,00	968,00	20,00	1.416,00	30,00	3.304,00	70,00
Norte	35245604	2.702,70	50,00	2.702,70	50,00	3.990,00	50,00	3.990,00	50,00
Norte	35066096	6.520,00	40,00	9.780,00	60,00	6.232,00	40,00	9.348,00	60,00
Sul	35439859	3.247,68	30,00	7.577,94	70,00	4.376,00	40,00	6.564,00	60,00
Rural	35222422	4.720,00	40,00	7.080,00	60,00	5.030,00	50,00	5.030,00	50,00
Leste	35295607	2.650,00	50,00	2.650,00	50,00	2.380,00	50,00	2.380,00	50,00
Sul	35304585	1.573,76	40,00	2.360,64	60,00	5.672,00	40,00	8.508,00	60,00
Norte	35246128	2.571,10	20,00	10.284,42	80,00	10.336,00	80,00	2.584,00	20,00
Sul	35467285	4.704,00	80,00	1.176,00	20,00	3.040,00	50,00	3.040,00	50,00
Sul	35228928	3.830,00	50,00	3.830,00	50,00	3.630,00	50,00	3.630,00	50,00
Sul	35467261	4.624,00	80,00	1.156,00	20,00	1.164,00	20,00	4.656,00	80,00
Norte	35196745	3.708,00	30,00	8.652,00	70,00	3.564,00	30,00	8.316,00	70,00
Sul	35090906	8.710,00	50,00	8.710,00	50,00	7.920,00	50,00	7.920,00	50,00
Norte	35270441	6.570,00	50,00	6.570,00	50,00	6.400,00	50,00	6.400,00	50,00
Oeste	35411826	2.160,00	30,00	5.040,00	70,00	2.920,00	40,00	4.380,00	60,00
Norte	35439812	3.120,00	40,00	4.680,00	60,00	3.096,00	40,00	4.644,00	60,00
Rural	35638201	736,28	40,00	1.104,42	60,00	5.728,00	80,00	1.432,00	20,00
TOTAL		123.646,70	43,86	158.248,74	56,14	164.394,00	51,69	153.646,00	48,31

Fonte: Elaboração própria

Destaca-se o grande número de escolas que optaram por recursos 50% em capital e 50% em custeio ou que deixaram de realizar o processo de escolha e por isso receberam, 80% de custeio e 20% de capital. No ano de 2012 foram 12 escolas nessa situação, em 2013 foram 9 escolas, em 2014 foram 13 escolas enquadradas nesta categoria.

Quadro 13 - Recursos do PDDE por categoria para 2016 e 2017.

Região	Código da Escola	2016 (R\$)				2017 (R\$)			
		Custeio	%	Capital	%	Custeio	%	Capital	%
Sul	35090852	6.000,00	40,00	9.000,00	60,00	12.912,00	80,00	3.228,00	20,00
Oeste	35270436	3.464,00	40,00	5.196,00	60,00	7.632,00	80,00	1.908,00	20,00
Norte	35231548	4.780,00	50,00	4.780,00	50,00	7.760,00	80,00	1.940,00	20,00
Norte	35196757	7.656,00	55,00	6.264,00	45,00	10.800,00	80,00	2.700,00	20,00
Leste	35291006	4.832,00	40,00	7.248,00	60,00	9.344,00	80,00	2.336,00	20,00
Norte	35291456	5.380,00	50,00	5.380,00	50,00	10.706,00	69,52	4.694,00	30,48
Rural	35228965	4.144,00	80,00	1.036,00	20,00	4.496,00	80,00	1.124,00	20,00
Leste	35064592	4.500,00	50,00	4.500,00	50,00	7.600,00	80,00	1.900,00	20,00
Leste	35228936	2.880,00	30,00	6.720,00	70,00	7.744,00	80,00	1.936,00	20,00
Oeste	35081206	3.528,00	20,00	14.112,00	80,00	14.736,00	80,00	3.684,00	20,00
Sul	35245616	4.550,00	50,00	4.550,00	50,00	7.504,00	80,00	1.876,00	20,00
Oeste	35070907	3.798,00	30,00	8.862,00	70,00	10.736,00	80,00	2.684,00	20,00
Sul	35228953	1.448,00	40,00	2.172,00	60,00	3.360,00	80,00	840,00	20,00
Norte	35133516	4.460,00	50,00	4.460,00	50,00	7.088,00	80,00	1.772,00	20,00
Norte	35245598	2.672,00	40,00	4.008,00	60,00	5.440,00	80,00	1.360,00	20,00
Sul	35295590	1.936,00	40,00	2.904,00	60,00	3.904,00	80,00	976,00	20,00
Rural	35223037	2.490,00	50,00	2.490,00	50,00	3.776,00	80,00	944,00	20,00
Norte	35245604	4.060,00	50,00	4.060,00	50,00	6.864,00	80,00	1.716,00	20,00
Norte	35066096	6.384,00	40,00	9.576,00	60,00	13.184,00	80,00	3.296,00	20,00
Sul	35439859	5.540,00	50,00	5.540,00	50,00	8.688,00	80,00	2.172,00	20,00
Rural	35222422	4.080,00	40,00	6.120,00	60,00	8.960,00	80,00	2.240,00	20,00
Leste	35295607	2.590,00	50,00	2.590,00	50,00	4.304,00	80,00	1.076,00	20,00
Sul	35304585	5.704,00	40,00	8.556,00	60,00	11.408,00	80,00	2.852,00	20,00
Norte	35246128	2.408,00	20,00	9.632,00	80,00	9.936,00	80,00	2.484,00	20,00
Sul	35467285	2.820,00	50,00	2.820,00	50,00	5.392,00	80,00	1.348,00	20,00
Sul	35228928	3.690,00	50,00	3.690,00	50,00	6.064,00	80,00	1.516,00	20,00
Sul	35467261	2.740,00	50,00	2.740,00	50,00	4.960,00	80,00	1.240,00	20,00
Norte	35196745	2.256,00	20,00	9.024,00	80,00	9.440,00	80,00	2.360,00	20,00
Sul	35090906	7.930,00	50,00	7.930,00	50,00	12.288,00	80,00	3.072,00	20,00
Norte	35270441	5.048,00	40,00	7.572,00	60,00	10.144,00	80,00	2.536,00	20,00
Oeste	35411826	2.824,00	40,00	4.236,00	60,00	5.872,00	80,00	1.468,00	20,00
Norte	35439812	3.288,00	40,00	4.932,00	60,00	6.736,00	80,00	1.684,00	20,00
Rural	35638201	1.428,00	20,00	5.712,00	80,00	5.840,00	80,00	1.460,00	20,00
TOTAL		131.308,00	41,07	188.412,00	58,93	265.618,00	79,52	68.422,00	20,48

Fonte: Elaboração própria

No ano de 2015 foram 11 escolas que dividiram as duas categorias de recurso de forma igualitária (50% capital e 50% custeio) e 6 escolas optaram por 80% de custeio e 20% de capital ou deixaram de realizar a escolha das categorias. Em 2016 treze escolas realizaram a divisão igualitária entre capital e custeio.

Já em 2017, último ano da análise a divisão entre custeio e capital (Quadro 13), destacou o elevado número de escolas que deixaram de realizar a escolha da categoria dos recursos ou que escolheram o 80% de custeio e 20% de capital; tais dados podem demonstrar algum problema no sistema de escola (prazos perdidos, problemas de acesso, etc) ou demonstrar que os valores são tão pequenos a escola em si torna-se irrelevante.

Em relação ao número de estudantes matriculados (Quadro 14) observou-se que as variações no número de estudantes são fundamentais para a oferta de recursos PDDE a cada ano. A Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013 destaca que o recurso é composto de um valor fixo (por unidade escolar) e um valor variável (relacionado ao número de alunos).

No município de Piracicaba todas as escolas analisadas são UEx e, portanto, fazem jus ao valor fixo de R\$ 1000,00 para as escolas localizadas na área urbana e R\$ 2000,00 para as localizadas na área rural.

O número de alunos de Piracicaba, após a publicação da Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013, apresentou um crescimento de 1,62% entre 2014 e 2017. O aumento dos recursos disponibilizados pelo PDDE apresentou um aumento de 16,95% no mesmo período.

Quadro 14 - Número de alunos referente ao ano de repasse

Região	Código da Escola	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sul	35090852	771	792	744	708	700	730
Oeste	35270436	407	373	354	367	383	397
Norte	35231548	419	443	422	424	428	420
Norte	35196757	619	640	627	637	646	604
Leste	35291006	562	573	556	527	554	528
Norte	35291456	479	501	523	503	488	439
Rural	35228965	137	153	145	170	159	178
Leste	35064592	591	446		401	400	410
Leste	35228936	433	447	411	401	430	419
Oeste	35081206	746	680	655	828	832	829
Sul	35245616	370	376	374	390	405	407
Oeste	35070907	613	614	595	576	583	612
Sul	35228953	115	129	133	133	131	148
Norte	35133516	396	423	435	432	396	390
Norte	35245598	269	271	264	234	284	278
Sul	35295590	207	191	174	170	192	194
Rural	35223037	146	147	142	136	149	133
Norte	35245604	350	329	329	349	356	364
Norte	35066096	773	740	765	729	748	750
Sul	35439859	366	437	502	497	504	463
Rural	35222422	467	477	490	403	410	442
Leste	35295607	167	195	215	188	209	216
Sul	35304585	646	689	650	659	663	642
Norte	35246128	637	669	656	596	552	553
Sul	35467285			244	254	232	272
Sul	35228928	633	343	333	313	319	323
Sul	35467261			239	241	224	245
Norte	35196745	528	567	568	544	514	528
Sul	35090906	709	773	821	742	743	700
Norte	35270441	713	681	607	590	581	572
Oeste	35411826	288	312	310	315	303	308
Norte	35439812	313	317	340	337	361	353
Rural	35638201	245	263	260	258	257	262

Fonte: Elaboração própria.

4.2 As correlações PDDE x IDEB a partir dos índices alcançados

Para a análise da possível relação entre os valores do Ideb das escolas com seus respectivos PDDE recebidos nos anos considerados (Quadro 15) e com o objetivo de proporcionar melhor visualização dos dados apresentados, utilizaram-se dois instrumentos estatísticos: o diagrama de dispersão e a correlação linear de Pearson.

Quadro 15 - Ideb Alcançado, Meta e Repasse de PDDE no período de 2012 até 2017 em Piracicaba/SP

Região	Código da Escola	ALCANÇADO (IDEB)			META (IDEB)			PDDE recebido pelas escolas (R\$)		
		2013	2015	2017	2013	2015	2017	2012 + 2013	2014 + 2015	2016 + 2017
Sul	35090852	8,1	7,3	7,7	6,5	6,7	6,9	27.865,90	31.040,00	31.140,00
Oeste	35270436	7,6	7,8	7,9	6,4	6,6	6,8	14.032,80	16.420,00	18.200,00
Norte	35231548	7,2	7,4	7,7	5,3	5,6	5,9	15.268,40	18.920,00	19.260,00
Norte	35196757	7,2	7,3	7,5	4,7	5,0	5,3	21.165,60	25.506,04	27.420,00
Leste	35291006	7,0	6,9	7,2	6,5	6,7	6,9	19.654,30	23.660,00	23.760,00
Norte	35291456	6,9	6,6	6,9	5,7	6,0	6,2	17.166,40	22.520,00	20.780,00
Rural	35228965	6,8	6,7	7,1	5,7	6,0	6,2	8.670,80	10.300,00	10.800,00
Leste	35064592	6,7	7,3	7,3	5,7	6,0	6,2	17.417,00	9.020,00	18.500,00
Leste	35228936	6,7	7,1	7,3	6,5	6,7	7,0	15.436,60	18.240,00	19.280,00
Oeste	35081206	6,7	6,7	7,1	5,1	5,4	5,7	22.439,00	20.890,08	36.060,00
Sul	35245616	6,6	6,1	6,4	4,6	4,9	5,2	13.559,70	17.280,00	18.480,00
Oeste	35070907	6,5	6,9	7,1	6,2	6,4	6,7	21.035,60	25.420,00	26.080,00
Sul	35228953	6,5	6,6	6,8	5,4	5,6	5,9	6.494,50	7.320,00	7.820,00
Norte	35133516	6,5	6,6	6,8	6,5	6,7	6,9	14.603,50	17.718,84	18.700,00
Norte	35245598	6,5	6,6	6,8	5,3	5,6	5,9	9.375,60	11.960,00	13.480,00
Sul	35295590	6,5	6,5	6,8	5,7	5,9	6,2	8.254,10	8.880,00	9.720,00
Rural	35223037	6,5	6,5	6,6	6,0	6,3	6,5	8.667,50	9.560,00	9.700,00
Norte	35245604	6,3	6,5	6,6	6,0	6,3	6,5	12.373,70	13.385,40	16.700,00
Norte	35066096	6,3	6,4	6,6	5,6	5,9	6,1	25.042,40	31.880,00	32.440,00
Sul	35439859	6,3	6,3	6,5	5,3	5,6	5,8	13.343,00	21.765,62	21.940,00
Rural	35222422	6,3	6,2	6,4	-	6,5	6,7	21.112,10	21.860,00	21.400,00
Leste	35295607	6,3	5,8	6,0	6,1	6,3	6,6	8.082,10	10.060,00	10.560,00
Sul	35304585	6,2	6,3	6,5	6,1	6,4	6,6	20.309,00	18.114,40	28.520,00
Norte	35246128	6,1	6,8	7,1	5,9	6,2	6,4	22.286,80	25.775,52	24.460,00
Sul	35467285	6,1	6,7	7,0	5,9	6,2	6,4	0,00	11.960,00	12.380,00
Sul	35228928	6,1	5,9	6,3	-	6,3	6,6	15.801,60	14.920,00	14.960,00
Sul	35467261	5,8	6,3	6,4	5,5	5,7	6,0	0,00	11.600,00	11.680,00
Norte	35196745	5,7	6,7	6,9	6,9	7,1	7,3	19.143,40	24.240,00	23.080,00
Sul	35090906	5,4	6,4	6,6	5,8	6,0	6,3	24.323,60	33.260,00	31.220,00
Norte	35270441	5,4	5,9	6,3	-	6,0	6,3	23.065,60	25.940,00	25.300,00
Oeste	35411826	5,4	5,8	5,6	5,2	5,4	5,7	11.763,10	14.500,00	14.400,00
Norte	35439812	5,1	5,5	5,5	-	5,0	5,2	10.900,40	15.540,00	16.640,00
Rural	35638201	4,7	5,3	5,3	5,0	5,3	5,6	12.288,90	9.000,70	14.440,00

Fonte: Elaboração Própria

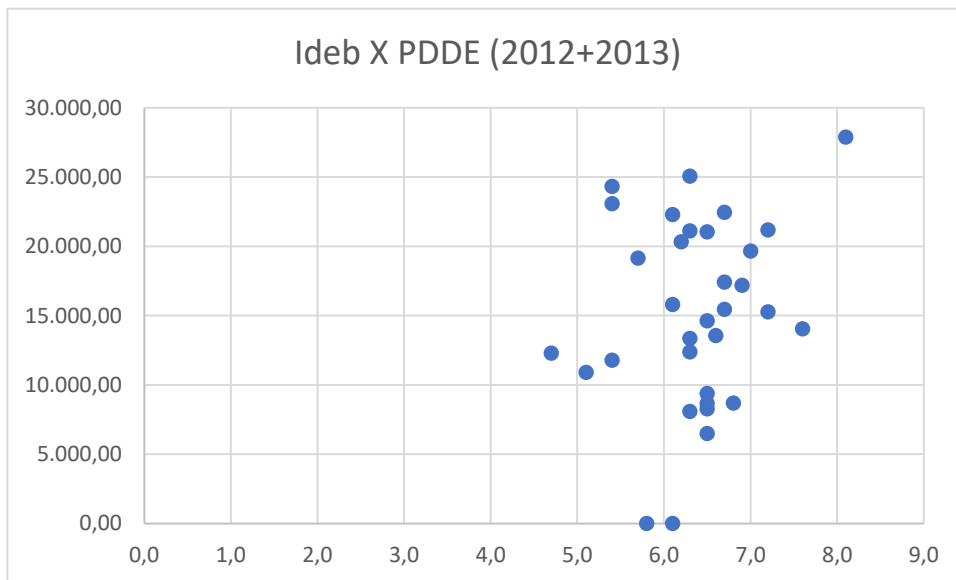
O diagrama de dispersão revela, graficamente, a existência de possível relação/associação entre duas variáveis quantitativas medidas no mesmo indivíduo em estudo (MOORE, NOTZ e FLIGNER, 2014). Assim, no eixo x é apresentada a variável Ideb e no eixo y o valor de repasse do PDDE.

Para estudar o comportamento conjunto das duas variáveis foi utilizado o indicativo estatístico denominado coeficiente de correlação (r) - Correlação de Pearson.

Os dados de IDEB e a somatória dos valores recebidos pela somatória dos recursos do PDDE nos anos de 2012 e 2013 não apresentam uma relação entre elas (figura 7). O resultado desse conjunto de pontos permite a observação que para um mesmo ponto de X (PDDE) existem vários valores de Y (Ideb). Para um valor de Ideb de 6,5 existem 6 valores de repasse de PDDE diferentes, sendo o menor valor o de R\$ 6.494,50 e o de maior valor R\$ 21.035,60 (figura 6).

Aplicando o instrumento do cálculo de coeficiente de correlação de Pearson nos dados do Quadro 13, encontra-se o valor aproximado de $r = 0,20$. Um valor considerado baixo, demonstrando fraca ou baixa relação entre os valores do PDDE e o Ideb.

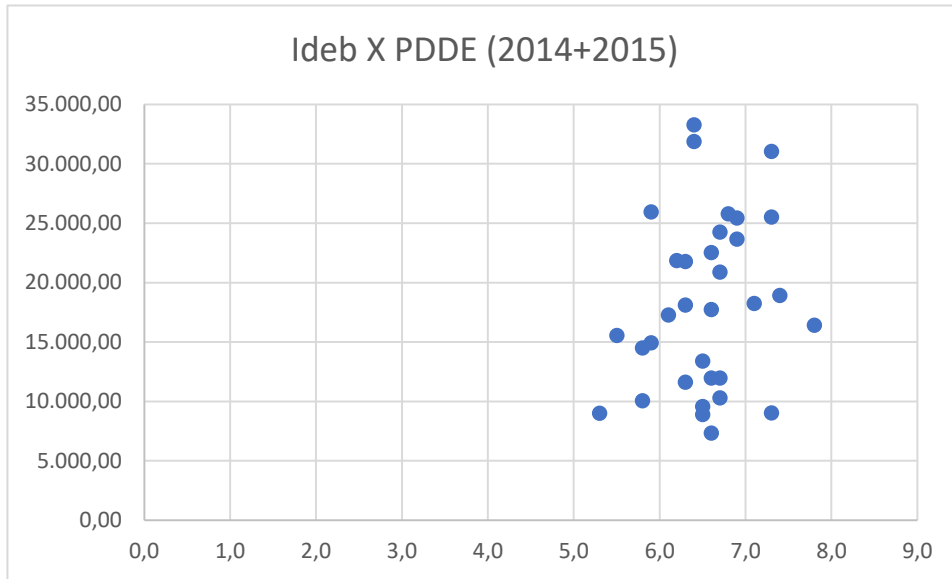
Figura 6 - Dados de Ideb x PDDE (2012 + 2013).



Fonte: Elaboração própria

Para os valores de IDEB 2015 e PDDE 2014 + 2015 (Figura 8) também não é observada uma relação entre as duas variáveis. O coeficiente de correlação de Pearson para o ano de 2015 obtido foi de $r = 0,22$. Este valor também indica fraca ou baixa relação entre os valores do PDDE e o Ideb.

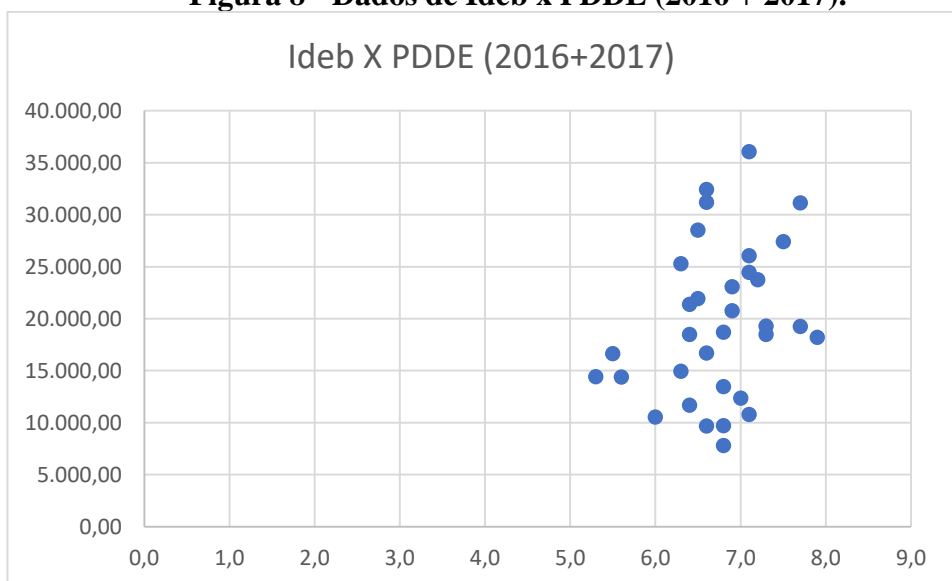
Figura 7 - Dados de Ideb x PDDE (2014 + 2015).



Fonte: Elaboração própria

No IDEB 2017 e PDDE 2016 + 2017 (Figura 8) o gráfico de dispersão também não indica uma relação entre as duas variáveis. O coeficiente de correlação de Pearson para o ano de 2015 obtido foi de $r = 0,29$. Este valor também indica fraca ou baixa relação entre os valores do PDDE e o Ideb.

Figura 8 - Dados de Ideb x PDDE (2016 + 2017).

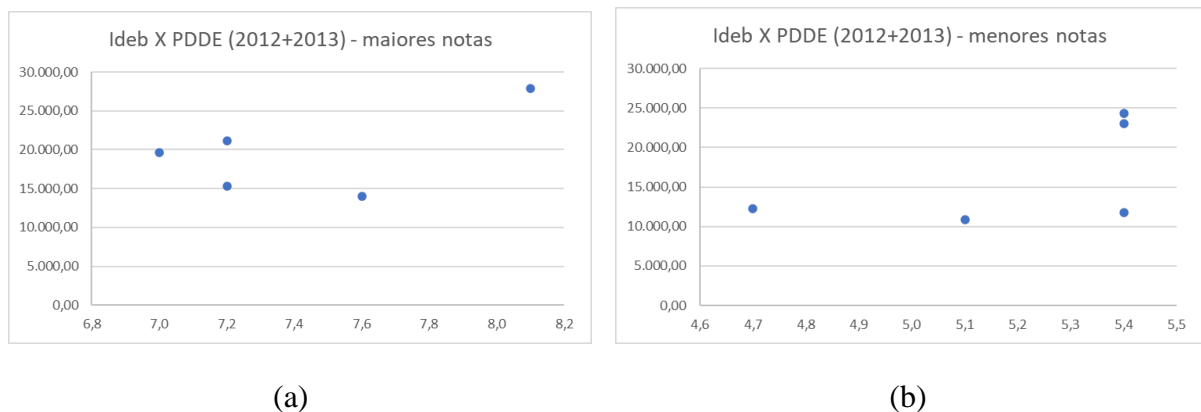


Fonte: Elaboração própria

Em estudos desenvolvidos com as escolas de Manuas/AM os autores Oliveira Júnior, Minori e Frota (2019) identificaram valor de coeficiente de Pearson de -0,23 que também indicaram uma fraca ou inexistente correlação entre PDDE e Ideb.

Com o objetivo de identificar a existência de correlação entre Ideb e PDDE entre as escolas com os maiores e menores Idebs foi realizada uma análise anual entre as escolas melhores e piores rankiadas. Não foi possível identificar relação entre os valores apontados para os anos de 2012 e 2013 (Figura 9).

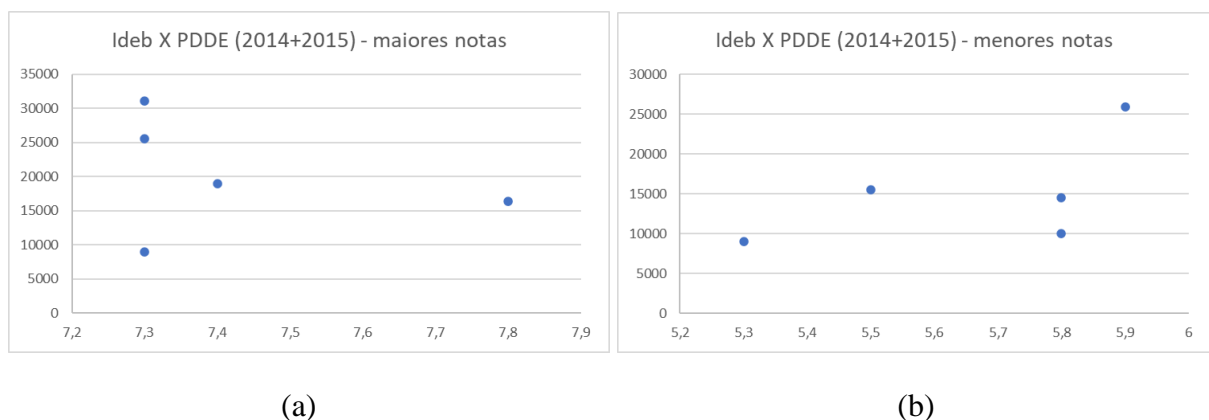
Figura 9 - Análise dos dados de Ideb 2013 e de PPDE (2012+2013) das 5 maiores notas (a) e das 5 menores notas (b)



Fonte: Elaboração Própria

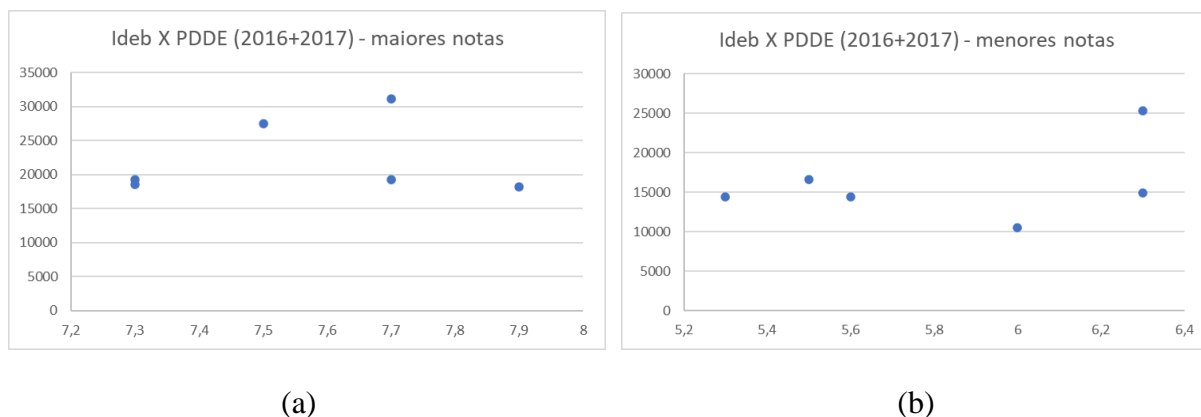
Na análise entre os anos de 2014 e 2015 e de 2016 e 2017 também não foi possível identificar uma correlação entre os valores coletados. (Figuras 10 e 11).

Figura 10 - Análise dos dados de Ideb 2014 e de PPDE (2014+2015) das 5 maiores notas (a) e das 5 menores notas (b)



Fonte: Elaboração Própria

Figura 11 - Análise dos dados de Ideb 2016 e de PPDE (2016+2017) das 5 maiores notas (a) e das 5 menores notas (b)



Fonte: Elaboração Própria

O coeficiente de Correção de Pearson obtido para as escolas com maiores e menores (Quadro 16) indicam também uma fraca relação entre PDDE e Ideb. Observou-se que os valores de r são superiores aos analisados anualmente com todas as escolas, porém ainda assim não caracterizam a existência de uma relação que possa ser considerada forte.

Quadro 16 - Coeficiente de relação entre maiores e menores notas

	Ano		
	2013	2015	2017
<i>Coeficiente para as maiores notas de Ideb</i>	0,540922	-0,27339	0,131538
<i>Coeficiente para as menores notas de Ideb</i>	0,56225	0,583607	0,372408

Fonte: Elaboração Própria

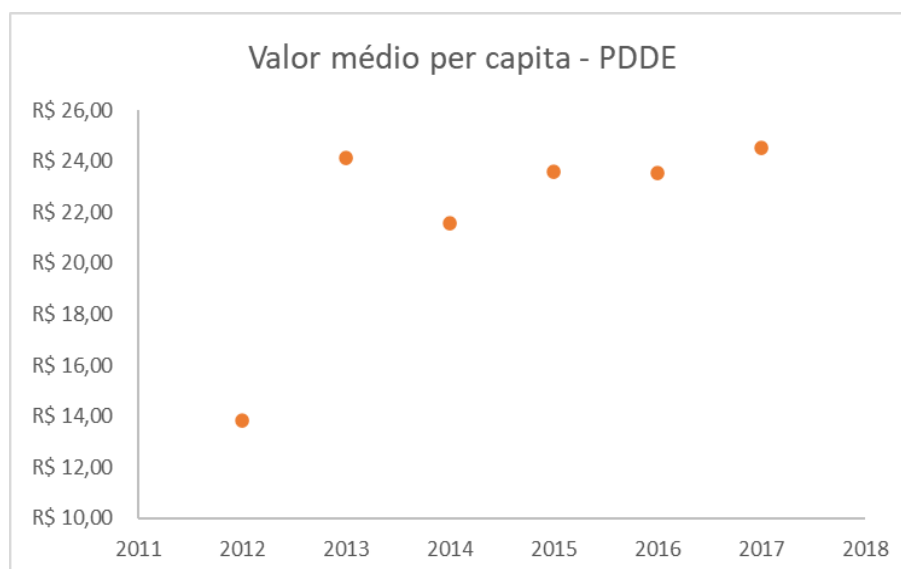
Os dados observados corroboram com a conclusão de Oliveira Júnior, Minori e Frota (2019) que estudaram as escolas públicas de Manaus e indicaram que o recebimento de apoio financeiro do PDDE não necessariamente ocasionou relação direta com a melhoria de desempenho no resultado da educação nas escolas observadas.

Savian e Bezerra (2013), em estudos desenvolvidos nos municípios do Paraná, observaram que os recursos públicos aplicados em educação, nos anos iniciais do ensino Fundamental, não elevaram os valores do Ideb. Os resultados obtidos sugerem que nos municípios do Paraná a alocação dos recursos financeiros em educação se mostraram ineficientes.

No estado da Paraíba, Dominiciano e Almeida (2015), corroboram com os dados obtidos uma vez que de forma geral os dados obtidos pelos pesquisadores também demonstraram que os gastos públicos em educação não geraram efeitos no nível de eficácia da gestão pública municipal em termos de cumprimentos das metas do IDEB em 2011.

Destaca-se que, apesar de não serem identificadas correlações significativas entre os elementos (variáveis) analisados, o Brasil, segundo a OECD (2017), ainda é um dos países que menos aplica recursos financeiros no Ensino Fundamental. O Brasil aplica US\$ 3,8 mil por aluno na educação primária (anos iniciais do Ensino Fundamental), porém, países como Estados Unidos da América, Suíça, Suécia, Dinamarca, Áustria e Luxemburgo superam os 10 mil dólares por aluno.

Figura 12- Valor médio per capita de PPDE - 2017



Fonte: Elaboração própria

Quanto ao valor de repasse per capita (Quadro 17) observou-se que do ano de 2012 para o ano de 2013 o valor per capita total (custeio + capital) aumentou de um valor médio de R\$ 13,84 para um valor médio de R\$ 24,16 per capita, um aumento de 74%. Após a publicação da Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013, os valores médios de repasse financeiros per capita passaram a ser menos variáveis, sendo de R\$ 21,58 em 2014, R\$ 23,60 em 2015, R\$ 23,54 em 2016, R\$ 24,53 em 2017 (figura 12).

Quadro 17 - Valor per capita de recursos do PDDE para os anos de 2012 e 2013

Código da Escola	2012 (per capita)			2013 (per capita)		
	custeio	capital	total	custeio	capital	total
35090852	R\$ 6,96	R\$ 6,96	R\$ 13,91	R\$ 6,49	R\$ 15,15	R\$ 21,64
35270436	R\$ 8,66	R\$ 3,71	R\$ 12,37	R\$ 14,48	R\$ 9,65	R\$ 24,13
35231548	R\$ 9,75	R\$ 2,44	R\$ 12,19	R\$ 18,35	R\$ 4,59	R\$ 22,93
35196757	R\$ 5,09	R\$ 6,22	R\$ 11,32	R\$ 8,85	R\$ 13,28	R\$ 22,13
35291006	R\$ 5,08	R\$ 7,62	R\$ 12,69	R\$ 10,92	R\$ 10,92	R\$ 21,85
35291456	R\$ 3,44	R\$ 8,02	R\$ 11,45	R\$ 4,66	R\$ 18,65	R\$ 23,31
35228965	R\$ 20,73	R\$ 5,18	R\$ 25,92	R\$ 23,42	R\$ 10,04	R\$ 33,46
35064592	R\$ 3,71	R\$ 8,67	R\$ 12,38	R\$ 9,06	R\$ 13,59	R\$ 22,65
35228936	R\$ 7,20	R\$ 4,80	R\$ 12,00	R\$ 13,74	R\$ 9,16	R\$ 22,91
35081206	R\$ 8,08	R\$ 2,02	R\$ 10,11	R\$ 8,76	R\$ 13,15	R\$ 21,91
35245616	R\$ 6,49	R\$ 6,49	R\$ 12,97	R\$ 11,65	R\$ 11,65	R\$ 23,30
35070907	R\$ 4,86	R\$ 7,30	R\$ 12,16	R\$ 4,42	R\$ 17,69	R\$ 22,12
35228953	R\$ 4,86	R\$ 19,44	R\$ 24,30	R\$ 14,34	R\$ 14,34	R\$ 28,68
35133516	R\$ 3,76	R\$ 8,77	R\$ 12,53	R\$ 11,39	R\$ 11,39	R\$ 22,79
35245598	R\$ 4,13	R\$ 6,19	R\$ 10,32	R\$ 9,74	R\$ 14,61	R\$ 24,35
35295590	R\$ 4,89	R\$ 11,41	R\$ 16,30	R\$ 10,22	R\$ 15,33	R\$ 25,55
35223037	R\$ 12,35	R\$ 12,35	R\$ 24,71	R\$ 17,21	R\$ 17,21	R\$ 34,42
35245604	R\$ 6,68	R\$ 6,68	R\$ 13,35	R\$ 18,72	R\$ 4,68	R\$ 23,40
35066096	R\$ 5,43	R\$ 5,43	R\$ 10,87	R\$ 13,49	R\$ 8,99	R\$ 22,49
35439859	R\$ 3,48	R\$ 5,22	R\$ 8,70	R\$ 9,30	R\$ 13,95	R\$ 23,25
35222422	R\$ 9,80	R\$ 9,80	R\$ 19,60	R\$ 10,03	R\$ 15,04	R\$ 25,07
35295607	R\$ 14,96	R\$ 3,74	R\$ 18,70	R\$ 17,81	R\$ 7,63	R\$ 25,44
35304585	R\$ 2,37	R\$ 5,54	R\$ 7,91	R\$ 4,41	R\$ 17,65	R\$ 22,06
35246128	R\$ 4,78	R\$ 7,16	R\$ 11,94	R\$ 8,78	R\$ 13,17	R\$ 21,94
35467285	-	-	-	-	-	-
35228928	R\$ 8,38	R\$ 3,59	R\$ 11,98	R\$ 14,38	R\$ 9,59	R\$ 23,97
35467261	-	-	-	-	-	-
35196745	R\$ 7,53	R\$ 5,02	R\$ 12,54	R\$ 13,25	R\$ 8,83	R\$ 22,08
35090906	R\$ 4,17	R\$ 6,25	R\$ 10,41	R\$ 10,96	R\$ 10,96	R\$ 21,91
35270441	R\$ 5,67	R\$ 5,67	R\$ 11,34	R\$ 15,40	R\$ 6,60	R\$ 22,00
35411826	R\$ 7,44	R\$ 7,44	R\$ 14,87	R\$ 7,19	R\$ 16,78	R\$ 23,97
35439812	R\$ 7,57	R\$ 1,89	R\$ 9,46	R\$ 12,52	R\$ 12,52	R\$ 25,05
35638201	R\$ 15,83	R\$ 3,96	R\$ 19,79	R\$ 11,32	R\$ 16,97	R\$ 28,29
desvio padrão	4,06	3,42	4,64	4,46	3,80	3,14
Média (R\$)	7,23	6,61	13,84	11,78	12,38	24,16
Máximo (R\$)	20,73	19,44	25,92	23,42	18,65	34,42
Mínimo (R\$)	2,37	1,89	7,91	4,41	4,59	21,64

Fonte: Elaboração Própria

Apesar do valor médio de repasse ter sofrido menores variações após 2013, o valor per capita entre as escolas permanece com diferenças elevadas (Quadro 18). O desvio padrão observado foi de 4,64 para 2012, 3,14 em 2013, 6,13 em 2014; 3,03 em 2015; 2,95 em 2016 e

3,47 em 2017 (Quadro 18) o que indica diferenças de destaque entre as escolas. Enquanto que o valor máximo de repasse total per capita em 2014 foi de R\$ 34,08 o menor valor para o mesmo ano foi de R\$ 5,08. Ou seja, uma escola recebeu um valor quase 7 vezes inferior ao valor da outra escola per capita.

Quadro 18 - Valor per capita de recursos do PDDE para os anos de 2014 e 2015

Código da Escola	2014 (per capita)			2015 (per capita)		
	custeio	custeio	total	Custeio	capital	total
35090852	R\$ 6,40	R\$ 8,56	R\$ 12,85	R\$ 21,41	R\$ 14,94	R\$ 21,34
35270436	R\$ 6,52	R\$ 5,89	R\$ 5,89	R\$ 22,72	R\$ 4,34	R\$ 22,82
35231548	R\$ 10,15	R\$ 10,71	R\$ 2,68	R\$ 22,36	R\$ 2,54	R\$ 22,37
35196757	R\$ 9,49	R\$ 11,64	R\$ 7,76	R\$ 21,57	R\$ 6,33	R\$ 18,77
35291006	R\$ 3,26	R\$ 8,15	R\$ 8,15	R\$ 21,90	R\$ 13,03	R\$ 21,80
35291456	R\$ 3,08	R\$ 15,62	R\$ -	R\$ 21,99	R\$ 12,32	R\$ 21,91
35228965	R\$ 3,29	R\$ 3,81	R\$ 3,81	R\$ 31,76	R\$ 3,29	R\$ 33,79
35064592	R\$ -	R\$ 7,64	R\$ 5,10	R\$ 22,49	R\$ -	R\$ 22,49
35228936	R\$ 7,44	R\$ 10,19	R\$ 2,55	R\$ 22,49	R\$ 4,96	R\$ 22,43
35081206	R\$ 0,90	R\$ 4,96	R\$ 19,84	R\$ 21,21	R\$ 3,58	R\$ 5,08
35245616	R\$ 5,70	R\$ 6,21	R\$ 6,21	R\$ 22,56	R\$ 5,70	R\$ 22,67
35070907	R\$ 6,94	R\$ 7,07	R\$ 10,61	R\$ 21,74	R\$ 10,40	R\$ 21,68
35228953	R\$ 1,97	R\$ 2,07	R\$ 3,10	R\$ 27,52	R\$ 2,95	R\$ 27,52
35133516	R\$ 2,57	R\$ 10,89	R\$ 2,72	R\$ 22,31	R\$ 10,28	R\$ 21,97
35245598	R\$ 6,75	R\$ 6,42	R\$ 1,60	R\$ 24,27	R\$ 1,69	R\$ 23,79
35295590	R\$ 3,01	R\$ 3,73	R\$ 2,49	R\$ 25,88	R\$ 3,01	R\$ 25,75
35223037	R\$ 5,20	R\$ 2,00	R\$ 4,67	R\$ 34,71	R\$ 1,30	R\$ 34,08
35245604	R\$ 3,63	R\$ 5,64	R\$ 5,64	R\$ 22,87	R\$ 3,63	R\$ 16,43
35066096	R\$ 8,76	R\$ 8,80	R\$ 13,20	R\$ 21,37	R\$ 13,15	R\$ 21,31
35439859	R\$ 4,37	R\$ 6,18	R\$ 9,27	R\$ 22,01	R\$ 10,19	R\$ 21,56
35222422	R\$ 6,34	R\$ 7,10	R\$ 7,10	R\$ 24,96	R\$ 9,52	R\$ 24,08
35295607	R\$ 3,56	R\$ 3,36	R\$ 3,36	R\$ 25,32	R\$ 3,56	R\$ 24,65
35304585	R\$ 2,12	R\$ 8,01	R\$ 12,02	R\$ 21,52	R\$ 3,17	R\$ 6,05
35246128	R\$ 3,46	R\$ 14,60	R\$ 3,65	R\$ 21,68	R\$ 13,82	R\$ 19,60
35467285	R\$ 6,32	R\$ 4,29	R\$ 4,29	R\$ 23,94	R\$ 1,58	R\$ 24,10
35228928	R\$ 5,15	R\$ 5,13	R\$ 5,13	R\$ 23,19	R\$ 5,15	R\$ 23,00
35467261	R\$ 6,22	R\$ 1,64	R\$ 6,58	R\$ 24,15	R\$ 1,55	R\$ 24,18
35196745	R\$ 4,98	R\$ 5,03	R\$ 11,75	R\$ 21,84	R\$ 11,63	R\$ 21,76
35090906	R\$ 11,71	R\$ 11,19	R\$ 11,19	R\$ 21,35	R\$ 11,71	R\$ 21,22
35270441	R\$ 8,83	R\$ 9,04	R\$ 9,04	R\$ 21,69	R\$ 8,83	R\$ 21,65
35411826	R\$ 2,90	R\$ 4,12	R\$ 6,19	R\$ 23,17	R\$ 6,77	R\$ 23,23
35439812	R\$ 4,19	R\$ 4,37	R\$ 6,56	R\$ 22,97	R\$ 6,29	R\$ 22,94
35638201	R\$ 0,99	R\$ 8,09	R\$ 2,02	R\$ 27,75	R\$ 1,48	R\$ 7,08
Desvio padrão	2,69	3,42	4,24	3,03	4,31	6,13
Média	5,19	7,04	6,58	23,60	6,65	21,58
Máximo (R\$)	11,71	15,62	19,84	34,71	14,94	34,08
Mínimo (R\$)	0,90	1,64	1,60	21,21	1,30	5,08

Fonte: Elaboração Própria

Apesar do valor médio de repasse ter sofrido menores variações após 2013, o valor per capita entre as escolas permanece com diferenças elevadas (Quadro 18). O desvio padrão observado foi de 4,64 para 2012, 3,14 em 2013, 6,13 em 2014; 3,03 em 2015; 2,95 em 2016 e 3,47 em 2017 (Quadro 19) o que indica diferenças de destaque entre as escolas.

Quadro 19 - Valor per capita de recursos do PDDE para os anos de 2016 e 2017

Código da Escola	2016 (per capita)			2017 (per capita)		
	custeio	capital	total	custeio	capital	total
35090852	R\$ 8,57	R\$ 12,86	R\$ 21,43	R\$ 17,69	R\$ 4,42	R\$ 22,11
35270436	R\$ 4,95	R\$ 7,42	R\$ 22,61	R\$ 10,45	R\$ 2,61	R\$ 24,03
35231548	R\$ 6,83	R\$ 6,83	R\$ 22,34	R\$ 10,63	R\$ 2,66	R\$ 23,10
35196757	R\$ 10,94	R\$ 8,95	R\$ 21,55	R\$ 14,79	R\$ 3,70	R\$ 22,35
35291006	R\$ 6,90	R\$ 10,35	R\$ 21,81	R\$ 12,80	R\$ 3,20	R\$ 22,12
35291456	R\$ 7,69	R\$ 7,69	R\$ 22,05	R\$ 14,67	R\$ 6,43	R\$ 35,08
35228965	R\$ 5,92	R\$ 1,48	R\$ 32,58	R\$ 6,16	R\$ 1,54	R\$ 31,57
35064592	R\$ 6,43	R\$ 6,43	R\$ 22,50	R\$ 10,41	R\$ 2,60	R\$ 23,17
35228936	R\$ 4,11	R\$ 9,60	R\$ 22,33	R\$ 10,61	R\$ 2,65	R\$ 23,10
35081206	R\$ 5,04	R\$ 20,16	R\$ 21,20	R\$ 20,19	R\$ 5,05	R\$ 22,22
35245616	R\$ 6,50	R\$ 6,50	R\$ 22,47	R\$ 10,28	R\$ 2,57	R\$ 23,05
35070907	R\$ 5,43	R\$ 12,66	R\$ 21,72	R\$ 14,71	R\$ 3,68	R\$ 21,93
35228953	R\$ 2,07	R\$ 3,10	R\$ 27,63	R\$ 4,60	R\$ 1,15	R\$ 28,38
35133516	R\$ 6,37	R\$ 6,37	R\$ 22,53	R\$ 9,71	R\$ 2,43	R\$ 22,72
35245598	R\$ 3,82	R\$ 5,73	R\$ 23,52	R\$ 7,45	R\$ 1,86	R\$ 24,46
35295590	R\$ 2,77	R\$ 4,15	R\$ 25,21	R\$ 5,35	R\$ 1,34	R\$ 25,15
35223037	R\$ 3,56	R\$ 3,56	R\$ 33,42	R\$ 5,17	R\$ 1,29	R\$ 35,49
35245604	R\$ 5,80	R\$ 5,80	R\$ 22,81	R\$ 9,40	R\$ 2,35	R\$ 23,57
35066096	R\$ 9,12	R\$ 13,68	R\$ 21,34	R\$ 18,06	R\$ 4,52	R\$ 21,97
35439859	R\$ 7,91	R\$ 7,91	R\$ 21,98	R\$ 11,90	R\$ 2,98	R\$ 23,46
35222422	R\$ 5,83	R\$ 8,74	R\$ 24,88	R\$ 12,27	R\$ 3,07	R\$ 25,34
35295607	R\$ 3,70	R\$ 3,70	R\$ 24,78	R\$ 5,90	R\$ 1,47	R\$ 24,91
35304585	R\$ 8,15	R\$ 12,22	R\$ 21,51	R\$ 15,63	R\$ 3,91	R\$ 22,21
35246128	R\$ 3,44	R\$ 13,76	R\$ 21,81	R\$ 13,61	R\$ 3,40	R\$ 22,46
35467285	R\$ 4,03	R\$ 4,03	R\$ 24,31	R\$ 7,39	R\$ 1,85	R\$ 24,78
35228928	R\$ 5,27	R\$ 5,27	R\$ 23,13	R\$ 8,31	R\$ 2,08	R\$ 23,47
35467261	R\$ 3,91	R\$ 3,91	R\$ 24,46	R\$ 6,79	R\$ 1,70	R\$ 25,31
35196745	R\$ 3,22	R\$ 12,89	R\$ 21,95	R\$ 12,93	R\$ 3,23	R\$ 22,35
35090906	R\$ 11,33	R\$ 11,33	R\$ 21,35	R\$ 16,83	R\$ 4,21	R\$ 21,94
35270441	R\$ 7,21	R\$ 10,82	R\$ 21,72	R\$ 13,90	R\$ 3,47	R\$ 22,17
35411826	R\$ 4,03	R\$ 6,05	R\$ 23,30	R\$ 8,04	R\$ 2,01	R\$ 23,83
35439812	R\$ 4,70	R\$ 7,05	R\$ 22,77	R\$ 9,23	R\$ 2,31	R\$ 23,85
35638201	R\$ 2,04	R\$ 8,16	R\$ 27,78	R\$ 8,00	R\$ 2,00	R\$ 27,86
Desvio padrão	2,32	4,00	2,95	4,09	1,20	3,47
Média	5,68	8,16	23,54	11,03	2,84	24,53
Máximo (R\$)	11,33	20,16	33,42	20,19	6,43	35,49
Mínimo (R\$)	2,04	1,48	21,20	4,60	1,15	21,93

Fonte: Elaboração própria

Em relação ao valor máximo de repasse total per capita em 2015 foi de R\$ 34,08 o menor valor para o mesmo ano foi de R\$ 5,08. Ou seja, uma escola recebeu um valor quase 7 vezes inferior ao valor da outra escola per capita. O mesmo foi observado nos outros anos em 2016 o menor valor per capivar foi de R\$ 1,48 e o maior de R\$ 20,16 e em 2017 o mínimo foi de R\$ 21,93 o maior de R\$ 35,49

Outro aspecto que merece destaque é a falta de correção dos valores repassados às unidades escolares. Os valores médios per capita repassados em 2014 são apenas 2% inferiores aos valores repassados em 2017, enquanto que no período a inflação no Brasil foi de 26,32%; portanto os valores não foram corrigidos pela inflação estão desafiados. Essa ausência de correção diminui muito o poder de compra das unidades escolares, em outras palavras, com o passar do tempo cada vez serão menores os bens e serviços adquiridos/contratados pelas escolas com os recursos do PDDE.

Com o objetivo de analisar potenciais relações entre as notas do Ideb e a escolha por aplicação dos recursos em capital ou custeio foi realizada a análise das porcentagens de aplicação em custeio e/ou capital pelas escolas amostradas. Em 2012 a maioria das escolas gastou a maior parte dos recursos com custeio tendo aplicado 51,05%, tendência não observada em 2013 e 2014. Em 2013 e 2014 foram priorizados os gastos em capital, 53,25% e 56,14% (Quadro 20).

Quadro 20 – Variação de aplicação de custeio e capital pelas escolas municipais de Piracicaba/SP para os anos de 2012, 2013 e 2014

	2012		2013		2014		
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
TODAS	Capital	86.590,26	48,95	172.548,00	53,25	158.248,74	56,14
	Custeio	90.292,74	51,05	151.512,00	46,75	123.646,70	43,86
	TOTAL	176.883,00		324.060,00		281.895,44	
As maiores notas do Ideb	2012		2013		2014		
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
	Capital	16.028,13	45,79	32.386,00	51,42	20.942,42	46,37
	Custeio	18.978,87	54,21	30.594,00	48,58	24.223,62	53,63
	TOTAL	35.007,00		62.980,00		45.166,04	
As menores notas do Ideb	2012		2013		2014		
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
	Capital	12.176,37	44,18	26.634,00	48,62	23.874,42	55,60
	Custeio	15.385,23	55,82	28.146,00	51,38	19.066,28	44,40
	TOTAL	27.561,60		54.780,00		42.940,70	

Fonte: Elaboração própria

No ano seguinte, 2015, a maior parte dos recursos (51,69%) foram utilizados em custeio e em 2016 novamente os recursos tiveram a maior aplicação em capital. Seguindo a tendência de alternância entre custeio e capital o ano de 2017 teve um valor de recursos superior aplicados em Custeio. Merece destaque o valor aplicado pelas escolas municipais de Piracicaba em custeio (79,52%) (Quadro 21).

Para analisar a aplicação dos recursos nas duas categorias de recursos (capital e custeio) as escolas foram analisadas também sob a ótica das maiores e menores notas do Ideb. Em 2012 e 2013 foram utilizados os valores recebidos pelas 5 escolas com as maiores e menores notas no Ideb de 2013. Nos anos de 2014 e 2015 foram utilizadas os recursos das 5 maiores notas do Ideb e das 6 menores notas; tal diferença justifica-se pois duas escolas tiveram a mesma nota média. Nos anos de 2016 e 2017 foram utilizadas as notas das 6 maiores e menores notas; isso pois tanto entre as maiores notas quanto nas menores notas houve empate.

Em 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 a aplicação dos recursos das maiores notas do Ideb em Piracicaba seguiram a mesma tendência da média das escolas municipais de ensino fundamental anos iniciais em Piracicaba. Porém, no ano de 2014 as melhores escolas optaram por gastar mais recursos com custeio, ao contrário das demais escolas. As menores notas do município seguiram a tendência da média encontrada para as escolas municipais de Piracicaba/SP nos anos iniciais analisadas no presente estudo.

Quadro 21 – Variação de aplicação de custeio e capital pelas escolas municipais de Piracicaba/SP para os anos de 2015, 2016 e 2017

		2015		2016		2017	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%
TODAS	Capital	153.646,00	48,31	188.412,00	58,93	68.422,00	20,48
	Custeio	164.394,00	51,69	131.308,00	41,07	265.618,00	79,52
	TOTAL	318.040,00		319.720,00		334.040,00	
As maiores notas do Ideb		2015		2016		2017	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%
	Capital	24.266,00	43,53	36.460,00	55,46	13.612,00	20,00
	Custeio	31.474,00	56,47	29.280,00	44,54	54.448,00	80,00
	TOTAL	55.740,00		65.740,00		68.060,00	
As menores notas do Ideb		2015		2016		2017	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%
	Capital	22.866,00	48,63	28.732,00	60,36	9.740,00	20,00
	Custeio	24.154,00	51,37	18.868,00	39,64	38.960,00	80,00
	TOTAL	47.020,00		47.600,00		48.700,00	

Fonte: Elaboração própria

Para que fosse possível identificar a existência ou não de uma correlação entre os valores de PPDE per capita e os valores de Ideb obtidos, os valores per capita foram também somados de 2 em 2 anos (Quadro 22, 23 e 24).

Quadro 22 - Valores per capita (aluno) recebidos pelas escolas no período de 2012 e 2013

Região	Código da Escola	2012 + 2013		
		custeio	capital	total
Sul	35090852	R\$ 13,45	R\$ 22,10	R\$ 35,55
Oeste	35270436	R\$ 23,13	R\$ 13,36	R\$ 36,49
Norte	35231548	R\$ 28,10	R\$ 7,03	R\$ 35,13
Norte	35196757	R\$ 13,94	R\$ 19,50	R\$ 33,44
Leste	35291006	R\$ 16,00	R\$ 18,54	R\$ 34,54
Norte	35291456	R\$ 8,10	R\$ 26,67	R\$ 34,77
Rural	35228965	R\$ 44,16	R\$ 15,22	R\$ 59,38
Leste	35064592	R\$ 12,77	R\$ 22,25	R\$ 35,03
Leste	35228936	R\$ 20,95	R\$ 13,96	R\$ 34,91
Oeste	35081206	R\$ 16,85	R\$ 15,17	R\$ 32,02
Sul	35245616	R\$ 18,14	R\$ 18,14	R\$ 36,27
Oeste	35070907	R\$ 9,29	R\$ 24,99	R\$ 34,28
Sul	35228953	R\$ 19,20	R\$ 33,78	R\$ 52,98
Norte	35133516	R\$ 15,16	R\$ 20,17	R\$ 35,32
Norte	35245598	R\$ 13,87	R\$ 20,80	R\$ 34,67
Sul	35295590	R\$ 15,11	R\$ 26,74	R\$ 41,85
Rural	35223037	R\$ 29,57	R\$ 29,57	R\$ 59,13
Norte	35245604	R\$ 25,40	R\$ 11,36	R\$ 36,76
Norte	35066096	R\$ 18,93	R\$ 14,43	R\$ 33,36
Sul	35439859	R\$ 12,78	R\$ 19,17	R\$ 31,95
Rural	35222422	R\$ 19,83	R\$ 24,84	R\$ 44,67
Leste	35295607	R\$ 32,76	R\$ 11,37	R\$ 44,13
Sul	35304585	R\$ 6,78	R\$ 23,18	R\$ 29,97
Norte	35246128	R\$ 13,55	R\$ 20,33	R\$ 33,88
Sul	35467285	-	-	-
Sul	35228928	R\$ 22,76	R\$ 13,18	R\$ 35,94
Sul	35467261	-	-	-
Norte	35196745	R\$ 20,78	R\$ 13,85	R\$ 34,63
Sul	35090906	R\$ 15,12	R\$ 17,21	R\$ 32,33
Norte	35270441	R\$ 21,07	R\$ 12,27	R\$ 33,34
Oeste	35411826	R\$ 14,63	R\$ 24,22	R\$ 38,85
Norte	35439812	R\$ 20,09	R\$ 14,42	R\$ 34,51
Rural	35638201	R\$ 27,15	R\$ 20,93	R\$ 48,08
	desvio padrão	7,74	6,03	7,53
	Média	R\$ 19,01	R\$ 18,99	R\$ 38,01
	Valor Máximo	R\$ 44,16	R\$ 33,78	R\$ 59,38
	Valor Mínimo	R\$ 6,78	R\$ 7,03	R\$ 29,97

Fonte: Elaboração própria

Quadro 23 - Valores per capita (aluno) recebidos pelas escolas no período de 2014 e 2015

Região	Código da Escola	2014 + 2015		
		custeio	capital	total
Sul	35090852	R\$ 14,97	R\$ 27,79	R\$ 42,76
Oeste	35270436	R\$ 12,41	R\$ 10,23	R\$ 45,55
Norte	35231548	R\$ 20,86	R\$ 5,22	R\$ 44,73
Norte	35196757	R\$ 21,13	R\$ 14,09	R\$ 40,34
Leste	35291006	R\$ 11,41	R\$ 21,18	R\$ 43,70
Norte	35291456	R\$ 18,70	R\$ 12,32	R\$ 43,90
Rural	35228965	R\$ 7,11	R\$ 7,11	R\$ 65,56
Leste	35064592	R\$ 7,64	R\$ 5,10	R\$ 22,49
Leste	35228936	R\$ 17,63	R\$ 7,51	R\$ 44,93
Oeste	35081206	R\$ 5,86	R\$ 23,42	R\$ 26,29
Sul	35245616	R\$ 11,91	R\$ 11,91	R\$ 45,24
Oeste	35070907	R\$ 14,01	R\$ 21,01	R\$ 43,42
Sul	35228953	R\$ 4,04	R\$ 6,05	R\$ 55,04
Norte	35133516	R\$ 13,46	R\$ 13,00	R\$ 44,29
Norte	35245598	R\$ 13,17	R\$ 3,29	R\$ 48,06
Sul	35295590	R\$ 6,74	R\$ 5,50	R\$ 51,63
Rural	35223037	R\$ 7,20	R\$ 5,97	R\$ 68,79
Norte	35245604	R\$ 9,27	R\$ 9,27	R\$ 39,30
Norte	35066096	R\$ 17,57	R\$ 26,35	R\$ 42,68
Sul	35439859	R\$ 10,55	R\$ 19,46	R\$ 43,58
Rural	35222422	R\$ 13,45	R\$ 16,62	R\$ 49,04
Leste	35295607	R\$ 6,92	R\$ 6,92	R\$ 49,97
Sul	35304585	R\$ 10,13	R\$ 15,19	R\$ 27,57
Norte	35246128	R\$ 18,05	R\$ 17,47	R\$ 41,27
Sul	35467285	R\$ 10,62	R\$ 5,87	R\$ 48,04
Sul	35228928	R\$ 10,27	R\$ 10,27	R\$ 46,20
Sul	35467261	R\$ 7,86	R\$ 8,13	R\$ 48,33
Norte	35196745	R\$ 10,02	R\$ 23,37	R\$ 43,60
Sul	35090906	R\$ 22,89	R\$ 22,89	R\$ 42,57
Norte	35270441	R\$ 17,87	R\$ 17,87	R\$ 43,34
Oeste	35411826	R\$ 7,03	R\$ 12,96	R\$ 46,40
Norte	35439812	R\$ 8,57	R\$ 12,85	R\$ 45,91
Rural	35638201	R\$ 9,08	R\$ 3,51	R\$ 34,83
	desvio padrão	4,95	7,10	8,95
	Média	R\$ 12,07	R\$ 13,02	R\$ 44,52
	Valor Máximo	R\$ 22,89	R\$ 27,79	R\$ 68,79
	Valor Mínimo	R\$ 4,04	R\$ 3,29	R\$ 22,49

Fonte: Elaboração própria

Quadro 24 - Valores per capita (aluno) recebidos pelas escolas no período de 2016 e 2017

Região	Código da Escola	2016 + 2017		
		custeio	capital	total
Sul	35090852	R\$ 26,26	R\$ 17,28	R\$ 43,54
Oeste	35270436	R\$ 15,40	R\$ 10,04	R\$ 25,44
Norte	35231548	R\$ 17,46	R\$ 9,49	R\$ 26,94
Norte	35196757	R\$ 25,73	R\$ 12,65	R\$ 38,38
Leste	35291006	R\$ 19,70	R\$ 13,55	R\$ 33,26
Norte	35291456	R\$ 22,35	R\$ 14,12	R\$ 36,47
Rural	35228965	R\$ 12,08	R\$ 3,02	R\$ 15,10
Leste	35064592	R\$ 16,84	R\$ 9,03	R\$ 25,87
Leste	35228936	R\$ 14,72	R\$ 12,25	R\$ 26,97
Oeste	35081206	R\$ 25,23	R\$ 25,21	R\$ 50,43
Sul	35245616	R\$ 16,78	R\$ 9,07	R\$ 25,85
Oeste	35070907	R\$ 20,13	R\$ 16,34	R\$ 36,47
Sul	35228953	R\$ 6,67	R\$ 4,25	R\$ 10,92
Norte	35133516	R\$ 16,08	R\$ 8,80	R\$ 24,88
Norte	35245598	R\$ 11,27	R\$ 7,59	R\$ 18,86
Sul	35295590	R\$ 8,11	R\$ 5,49	R\$ 13,60
Rural	35223037	R\$ 8,73	R\$ 4,85	R\$ 13,58
Norte	35245604	R\$ 15,20	R\$ 8,15	R\$ 23,35
Norte	35066096	R\$ 27,18	R\$ 18,20	R\$ 45,38
Sul	35439859	R\$ 19,82	R\$ 10,89	R\$ 30,71
Rural	35222422	R\$ 18,10	R\$ 11,81	R\$ 29,91
Leste	35295607	R\$ 9,60	R\$ 5,17	R\$ 14,77
Sul	35304585	R\$ 23,78	R\$ 16,13	R\$ 39,91
Norte	35246128	R\$ 17,05	R\$ 17,16	R\$ 34,21
Sul	35467285	R\$ 11,41	R\$ 5,88	R\$ 17,29
Sul	35228928	R\$ 13,58	R\$ 7,35	R\$ 20,93
Sul	35467261	R\$ 10,71	R\$ 5,61	R\$ 16,32
Norte	35196745	R\$ 16,15	R\$ 16,12	R\$ 32,28
Sul	35090906	R\$ 28,16	R\$ 15,54	R\$ 43,70
Norte	35270441	R\$ 21,11	R\$ 14,29	R\$ 35,40
Oeste	35411826	R\$ 12,08	R\$ 8,06	R\$ 20,14
Norte	35439812	R\$ 13,92	R\$ 9,35	R\$ 23,28
Rural	35638201	R\$ 10,04	R\$ 10,16	R\$ 20,20
	desvio padrão	5,91	4,98	10,40
	Média	R\$ 16,71	R\$ 11,00	R\$ 27,71
	Valor Máximo	R\$ 28,16	R\$ 25,21	R\$ 50,43
	Valor Mínimo	R\$ 6,67	R\$ 3,02	R\$ 10,92

Fonte: Elaboração própria

Ao correlacionar os valores per capita totais com os valores de Ideb também observou-se um coeficiente de Pearson baixo ($r = 0,02$), que demonstraram uma correlação fraca ou inexistente entre valor per capita e nota no Ideb.

4.3 As correlações PDDE x IDEB sob o olhar das macrorregiões do município

O município de Piracicaba foi dividido conforme o macrozoneamento do município em cinco regiões (Norte, Sul, Leste, Oeste e Rural). Foram identificadas 10 escolas na região Sul, 11 escolas na região Norte, quatro escolas na região Leste, quatro escolas na região Oeste e quatro escolas Rurais.

Quadro 25 - Coeficientes de Pearson por região de Piracicaba/SP

IDEB/PDDE	SUL
35090852	-0,85
35245616	-0,64
35228953	0,95
35295590	0,90
35439859	0,52
35304585	0,86
35467285	1,00
35228928	0,04
35467261	1,00
35090906	0,93
Região Sul	0,25

IDEB/PDDE	NORTE
35231548	0,85
35196757	0,92
35291456	-0,75
35133516	0,89
35245598	0,94
35245604	0,88
35066096	0,80
35246128	0,78
35196745	0,93
35270441	0,78
35439812	0,98
Região Norte	0,19

IDEB/PDDE	LESTE
35291006	0,21
35064592	-0,41
35228936	1,00
35295607	-0,82
Região Leste	0,60

IDEB/PDDE	OESTE
35270436	0,99
35081206	1,00
35070907	0,98
35411826	0,88
Região Oeste	0,32

IDEB/PDDE	RURAL
35228965	0,49
35223037	0,60
35222422	-0,61
35638201	-0,12
Região Rural	-0,09

Fonte: Elaboração Própria

Para cada escola e para a região como um todo foi realizado cálculo do coeficiente de correlação de Pearson (Quadro 25). Os valores de r obtidos, mesmo superiores aos valores anteriormente obtidos (por ano), ainda são bastante baixos na análise regional. A região com uma correlação mais forte foi na região Leste, com um valor de 0,6.

Porém, cabe destacar que a correlação individual de algumas escolas demonstrou forte correlação entre Ideb e PPDE. As escolas 35467285 e 35090906 apresentam um valor de correlação de 1, porém, esse valor só foi obtido pois estas duas escolas não receberam recursos nos anos de 2012 e 2013, porém, elas possuem notas no Ideb.

A escola 35228928 é que possui na análise individual a menor correlação entre dados de PDDE e Ideb. Esta unidade teve um Ideb de 6,1 em 2013, 5,9 em 2015 e 6,3 em 2017. Sendo os valores repassados de PPDE de R\$15.801,60; R\$14.920,00 e R\$14.960,00 para os anos de 2013, 2015 e 2017.

Já as escolas 35070907 e 35439812 possuem uma importante correlação entre PDDE e Ideb. Porém, são dois casos isolados dentro do universo de estudo. Desta forma, merecem ser estudadas a parte do presente estudo.

Outro aspecto importante nessa análise dos recursos do PDDE e do Ideb é saber se de fato foram repassados os valores do PDDE corretos para as escolas (Quadros 26, 27, 28, 29, e 30). Observou-se que a maioria das escolas recebeu os recursos financeiros estimados pela Resolução 10, de 2013, exceto as escolas que não receberam o recurso no referido ano (35467285 e 35467261 para o ano de 2012 e 35064592 para 2014), a escola 35081206 no ano de 2014, as escolas a região Norte 35196757, 35133516, 35245604 e 35246128 e as escolas rurais.

Quadro 26 – Valores planejados e valores recebidos na região Leste

Código da Escola	2013 (R\$)		2014 (R\$)		2015 (R\$)	
	Valor Planejado	Valor Recebido	Valor Planejado	Valor Recebido	Valor Planejado	Valor Recebido
35291006	12460	12520	12120	12120	11540	11540
35064592	9920	10100	-	0	9020	9020
35228936	9940	10240	9220	9220	9020	9020
35295607	4900	4960	5300	5300	4760	4760

Código da Escola	2016 (R\$)		2017 (R\$)	
	Valor Planejado	Valor Recebido	Valor Planejado	Valor Recebido
35291006	12080	12080	11560	11680
35064592	9000	9000	9200	9500
35228936	9600	9600	9380	9680
35295607	5180	5180	5320	5380

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 27 – Valores planejados e valores recebidos na região Oeste

Código da Escola	2013 (R\$)		2014 (R\$)		2015 (R\$)	
	Valor Planejado	Valor Recebido	Valor Planejado	Valor Recebido	Valor Planejado	Valor Recebido
35270436	8460	9000	8080	8080	8340	8340
35081206	14600	14900	14100	3330,08	17560	17560
35070907	13280	13580	12900	12900	12520	12520
35411826	7240	7480	7200	7200	7300	7300

Código da Escola	2016 (R\$)		2017 (R\$)	
	Valor Planejado	Valor Recebido	Valor Planejado	Valor Recebido
35270436	8660	8660	8940	9540
35081206	17640	17640	17580	18420
35070907	12660	12660	13240	13420
35411826	7060	7060	7160	7340

Fonte: Elaboração Própria

Quanto às escolas rurais, observa-se que essas também receberam os valores estipulados pela Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013, exceto a escola 35638201 que recebeu um valor inferior a 30% do valor estimado. O valor de repasse financeiro das quatro escolas da área rural analisadas considerou o repasse financeiro de R\$20,00 reais por discente, pois eram escolas com UEXs. Caso fossem escolas em a UEXs o repasse teria sido de R\$40,00 por discente.

Quadro 28 – Valores planejados e valores recebidos na região Rural

Código da Escola	2013 (R\$)		2014 (R\$)		2015 (R\$)	
	Valor Planejado	Valor Recebido	Valor Planejado	Valor Recebido	Valor Planejado	Valor Recebido
35228965	5060	5120	4900	4900	5400	5400
35223037	4940	5060	4840	4840	4720	4720
35222422	11540	11960	11800	11800	10060	10060
35638201	7260	7440	7200	1840,7	7160	7160

Código da Escola	2016 (R\$)		2017 (R\$)	
	Valor Planejado	Valor Recebido	Valor Planejado	Valor Recebido
35228965	5180	5180	5560	5620
35223037	4980	4980	4660	4720
35222422	10200	10200	10840	11200
35638201	7140	7140	7240	7300

Fonte: Elaboração Própria

Bitencourth, Gomes e Camargo (2020) em um estudo de caso sobre aplicação de recursos do PDDE também identificaram o não repasse financeiro planejado para a escola analisada no ano correto. As alterações dos valores repassados dificultam ainda mais o gerenciamento e aplicação dos recursos financeiros numa unidade escolar. Isso pode também colaborar na ampliação dos conflitos existentes dentro da unidade escolar, visto que o planejamento de aplicação dos recursos é realizado pelo Conselho Escolar que, além da direção, possui representantes da comunidade interna e externa como pais, professores e alunos.

Quadro 29 – Valores planejados e valores recebidos na região Norte

Código da Escola	2013 (R\$)		2014 (R\$)		2015 (R\$)	
	Valor Planejado	Valor Recebido	Valor Planejado	Valor Recebido	Valor Planejado	Valor Recebido
35231548	9860	10160	9440	9440	9480	9480
35196757	13800	14160	13540	11766,04	13740	13740
35291456	11020	11680	11460	11460	11060	11060
35133516	9460	9640	9700	9557,68	9640	9640
35245598	6420	6600	6280	6280	5680	5680
35245604	7580	7700	7580	5405,4	7980	7980
35066096	15800	16640	16300	16300	15580	15580
35246128	14380	14680	14120	12855,52	12920	12920
35196745	12340	12520	12360	12360	11880	11880
35270441	14620	14980	13140	13140	12800	12800
35439812	7340	7940	7800	7800	7740	7740

Código da Escola	2016		2017	
	Valor Planejado	Valor Recebido	Valor Planejado	Valor Recebido
35231548	9560	9560	9400	9700
35196757	13920	13920	13080	13500
35291456	10760	10760	9780	15400
35133516	8920	8920	8800	8860
35245598	6680	6680	6560	6800
35245604	8120	8120	8280	8580
35066096	15960	15960	16000	16480
35246128	12040	12040	12060	12420
35196745	11280	11280	11560	11800
35270441	12620	12620	12440	12680
35439812	8220	8220	8060	8420

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 30 – Valores planejados e valores recebidos na região Sul

Código da Escola	2013 (R\$)		2014 (R\$)		2015 (R\$)	
	Valor Planejado	Valor Recebido	Valor Planejado	Valor Recebido	Valor Planejado	Valor Recebido
35090852	16840	17140	15880	15880	15160	15160
35245616	8520	8760	8480	8480	8800	8800
35228953	3580	3700	3660	3660	3660	3660
35295590	4820	4880	4480	4480	4400	4400
35439859	9740	10160	11040	10825,62	10940	10940
35304585	14780	15200	14000	3934,4	14180	14180
35467285	-	0	5880	5880	6080	6080
35228928	7860	8220	7660	7660	7260	7260
35467261	-	0	5780	5780	5820	5820
35090906	16460	16940	17420	17420	15840	15840

Código da Escola	2016		2017	
	Valor Planejado	Valor Recebido	Valor Planejado	Valor Recebido
35090852	15000	15000	15600	16140
35245616	9100	9100	9140	9380
35228953	3620	3620	3960	4200
35295590	4840	4840	4880	4880
35439859	11080	11080	10260	10860
35304585	14260	14260	13840	14260
35467285	5640	5640	6440	6740
35228928	7380	7380	7460	7580
35467261	5480	5480	5900	6200
35090906	15860	15860	15000	15360

Fonte: Elaboração Própria

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal analisar a relação entre os recursos recebidos via PDDE e as notas obtidas no Ideb pelas escolas públicas municipais de Piracicaba, SP para o recorte histórico dos anos de 2013, 2015 e 2017. Os valores repassados às escolas analisadas foram crescentes desde o ano de 2013, e acompanham o aumento no número de alunos.

Quanto ao objetivo de identificar os valores repassados do PDDE para as escolas públicas municipais de Piracicaba/SP observou-se um valor médio per capita de R\$ 21,58 em 2014, R\$23,60 em 2015, R\$23,54 em 2016, R\$24,53 em 2017. Segundo a Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013 o valor a ser repassado às escolas é composto por um valor fixo e um valor per capita relacionado ao número de alunos.

Desta forma, os valores repassados às escolas municipais analisadas correspondem aos valores previstos pelas normativas, com pequenas exceções a regra. Mesmo que os valores de PDDE não causem influência direta nas avaliações de larga escala como o Ideb, os repasses financeiros além de serem estabelecidos em legislação contribuem sempre para a melhoria da comunidade escolar em diferentes ações e atividades desenvolvidas.

Em relação ao objetivo de identificar as notas do Ideb para estas escolas públicas municipais, destaca-se que o município de Piracicaba, em 2017, possuía apenas 3 escolas que não ultrapassaram a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação para o ano de 2021. Cada escola estava localizada em uma região diferente do município, Norte, Oeste e Rural e portanto, não foi observada uma relação entre regiões e não cumprimento da meta antecipada do PNE.

Quanto ao objetivo de analisar a relação entre os valores de PDDE e os índices do Ideb, o recebimento de apoio financeiro (PDDE) não necessariamente implicou relação direta com a melhoria de desempenho no resultado da educação nas escolas observadas (Ideb). A mesma tendência foi observada para as análises das regiões de Piracicaba, onde não foram identificadas relações entre PDDE e Ideb. Também não foram identificadas relações entre o valor de per capita de PDDE e o Ideb.

A ausência de relação entre os dados de recursos financeiros e qualidade de ensino corroboram com os dados de Oliveira Júnior, Minori e Frota (2019) que também não identificaram correlação entre PDDE e melhoria nos índices do Ideb nas escolas de Manaus.

Savian e Bezerra (2013) em estudos desenvolvidos nos municípios do Paraná e Dominiciano e Almeida (2015) que estudos desenvolvidos nos municípios da Paraíba também identificaram que de forma geral os dados obtidos pelos pesquisadores também demonstraram que os gastos públicos em educação não geraram efeitos diretos sobre os índices do Ideb.

Outros fatores podem ser apontados como causas da qualidade do ensino e que por isso justificariam a falta de relação entre o montante de recursos financeiros e os valores de Ideb; podem ser apontados: falta de análise dos aspectos sociais e pedagógicos, fatores contextuais, contingenciais e locais, aspectos relacionados aos agregados (disponibilidade dos pais para auxiliar os filhos, condições materiais) (LOURENÇO et al, 2017)

Algumas escolas individualmente possuem correlação entre PDDE e Ideb, por isso faz-se necessário que os estudos que relacionam PDDE e Ideb sejam realizados de forma individualizada nessas unidades escolares.

Os estudos indicam que a melhoria na qualidade do ensino esteja muito mais relacionada a forma de aplicação dos recursos financeiros e não diretamente relacionada ao seu montante (SAVIAN; BEZERRA, 2013; DOMINICIANO; ALMEIDA, 2015). Uma das formas de aplicação dos recursos financeiros é o uso em infraestrutura, previsto inclusive pelas normativas vigentes do PDDE (MATOS; RODRIGUES, 2016). Dentre escolas municipais analisadas as cinco escolas que possuem as menores notas do Ideb possuem semelhanças na infraestrutura, não apresentam biblioteca escolar nem laboratório de ciências.

Além da infraestrutura outros fatores podem contribuir significativamente com o desempenho dos estudantes nas avaliações de larga escala, tais como apoio e participação familiar, condições socioeconômicas, gestão escolar, características econômicas do município entre outras (SOARES; XAVIER, 2013).

A presente pesquisa apresentou com uma limitação a análise restrita a um grupo de 33 escolas e apenas 3 anos de análise. Outra limitação é ausência de análise que relacione outros fatores como características socioeconômicas familiares no impacto das notas do Ideb obtido pelas escolas.

Como proposta para novos estudos sugere-se a potencial relação entre IIE (índice de infraestrutura) e o desempenho escolar, assim como análise de correlação entre fatores socioeconômicos e o desempenho escolar em Piracicaba.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Matrizes de referência de língua portuguesa e matemática do SAEB**: documento de referência do ano de 2001. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em <<http://provabrazil.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matrizes-e-escalas>>. Acesso 03 de setembro de 2020

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras** / Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. – Brasília: Ministério da Educação, 2008. 130 p. ; il. color. ; 24 cm.

_____. **Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1998/medidaprovisoria-1784-14-dezembro-1998-368872-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso 15 mai. 2020.

_____. **Lei nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: 13 jan. 2020.

_____. **Lei nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em 12 jan. 2020

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 14 mai. 2020.

_____. **Emenda constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996b**. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais transitórias. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm>. Acesso em 12 mai. 2020.

_____. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.** Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm#art2>. Acesso em 12 mai. 2020.

_____. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/11494.htm>. Acesso 14 de mai. 2020.

_____. **Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020.** Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm> Acesso out. 2020.

_____. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009a.** Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm#art1> Acesso mai. 2020.

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009b.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso 11 de mai. 2020.

_____. **Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968.** Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5537.htm>. Acesso 14 mai. 2020.

_____. **Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969.** Complementa disposições da Lei número 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0872.htmD>. Acesso 12 mai. 2020.

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso 12 mai. 2020.

_____. **Medida Provisória nº 2.100-32, de 24 de maio de 2001.** Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2001/medidaprovisoria-2100-32-24-maio-2001-341601-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 15 mai. 2020.

BITENCOURTH, Clarissa dos Santos; GOMES, Fernanda Dayane Bezerra; CAMARGO, Rubens Barbosa de. Montantes e Gastos Anuais de Escolas Públicas com os Recursos do PDDE: estudo de caso em uma escola municipal (2007-2016) e uma escola estadual de São Paulo/SP (2006-2016). FINEDUCA - **Revista de Financiamento da Educação**, [S.l.], v. 10, fev. 2020. ISSN 2236-5907. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/90483/56054>>. Acesso em: 04 set. 2020.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Financiamento da Educação no Brasil. In: **Em Aberto**, Brasília, v. 18, n. 74, p. 11-32, dez. 2001. Disponível <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Financiamento+da+educa%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil/79f5c55d-64f2-4972-ab66-64abf605597d?version=1.3>>. Acesso 14 mai. 2020.

Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB). **Sistema de Avaliação da Educação Básica**, 2018. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/documentos/saeb_documentos_de_referencia_versao_1.0.pdf>. Acesso 10 mai. 2020.

DOMINICIANO, Frâncio Lacerda e ALMEIDA, Aléssio Tony Cavalcanti de. Gastos públicos municipais e os resultados do Ideb: evidências para os municípios paraibanos. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 14, n. 1, p. 44-64, 2015. Disponível em <<https://docplayer.com.br/34059466-Gastos-publicos-municipais-e-os-resultados-do-ideb-evidencias-para-os-municipios-paraibanos.html>>. Acesso 10 set. 2010.

FERNANDES, Reynaldo **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

_____. A universalização da avaliação e a criação do Ideb: pressupostos e perspectivas. In: **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 99-111, maio/ago. 2016. Disponível em <<http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2603>> Acesso 10 set. 2020

FRANÇA, Magna. Plano Nacional de Educação e o regime de colaboração: os indicadores educacionais e financeiros. In: **RBP AE** - v. 30, n. 2, p. 417-433 mai./ago. 2014. Disponível em <<https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/53684/33098>> Acesso 15 mai. 2020

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Brasil) (FNDE). **Programa Dinheiro Direto na Escola** / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; elaboração: Adalberto Domingos da Paz; colaboração: Antônio de Faria Dutra Filho. Brasília: FNDE, 2004. 000p.: il. color. (Informativo nº 1/ano v) Disponível em <file:///C:/Users/letic/Downloads/informativo_001_pdde_2006.pdf> Acesso 15 mai. 2020.

_____. **Programa Dinheiro Direto na Escola**, 2020. Disponível em <<https://www.fnde.gov.br/programas/pdde/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-pdde>>. Acesso 15 mai. 2020.

_____. **PDDEREx - Relação de Unidades Executoras Atendidas pelo PDDE**. Disponível <https://www.fnde.gov.br/pls/internet_pdde/internet_fnde.PDDEREX_2_PC?p_listar=S&p_a no=2020&p_prg=02&p_uf=SP&p_co_mun=353830&p_tipo=S>. Acesso 14 mai. 2020.

_____. **Resolução/CD/FNDE nº 10**, de 18 de abril de 2013. Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/acessibilidade/item/4386-resolu%C3%A7%C3%A3ocdfnden%C2%BA-10-de-18-de-abril-de-2013>>. Acesso 15 mai. 2020.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; POLENA, Andrea. **Financiamento da educação e indicadores de qualidade**: um estudo exploratório de seis municípios brasileiros In: **RBPAAE** - v. 31, n. 2, p. 255 - 273 mai./ago. 2015 Disponível em <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/61727/36488>>. Acesso 15 mai. 2020.

HORNICK, Cleudane Andrade. **Identificação e análise dos possíveis fatores que influenciaram os resultados elevados do índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) apresentado por duas escolas públicas**, 2012. 122 f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Mestrado Acadêmico em Educação, 2012. Disponível em <https://www.univali.br/Lists/TrabalhosMestrado/Attachments/546/cleudane-aparecida-de-andrade-hornick.pdf>>. Acesso 01 set. 2020.

IBGE. **IBGE - cidades @**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso 10 jul. 2020.

INEP. **Alterações na base de dados do Ideb 2007, 2008**. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/historico_divulgacoes/Ideb-nota_explicativa16_09_08.pdf>. Acesso 09 de mai. 2020

_____. **Cálculo do Ideb de 2017, 2019**. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/nota_informativa_ideb2017_atualizado_Jun_2019.pdf>. Acesso 10 mai. 2020

KLEIN, Ruben; FONTANIVE, Nilma. Alguns indicadores educacionais de qualidade no Brasil de hoje. In: **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 2009. Disponível em http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_02.pdf>. Acesso 10 mai. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LOCATELLI, Iza. **Construção de instrumentos para a avaliação de larga escala e indicadores de rendimento**: o modelo SAEB. In: Estudos em Avaliação Educacional, n. 25, jan-jun/2002.

LOURENÇO, Rosenery Loureiro; NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. DETERMINANTES SOCIAIS E PEDAGÓGICOS DAS NOTAS DO IDEB. In: **Revista do Pensamento Contemporâneo em Administração** | Rio de Janeiro | v. 11 | n. 4 | jul./set. 2017 | 27-43 | 28 Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/4417/441753228003.pdf> > Acesso 15 out. 2020.

MAFASSIOLLI, Andréia da Silva. 20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. In: **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 5, n. 12, 2015. Disponível em <<file:///C:/Users/letic/Downloads/67555-281161-2-PB.pdf>>. Acesso 15 mai. 2020

MARINHEIRO, Edwylson. de Lima; RUIZ, Maria José Ferreira. Percurso político e histórico do Programa Dinheiro Direto na Escola e a parceria público-privada na gestão escolar. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 17, n. 1, p. 274-289, 13 jul. 2017. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643987>>. Acesso em 12 jan. 2020.

MATOS, Daniel Abud Seabra e RODRIGUES, Erica Castilho. Indicadores educacionais e contexto escolar: uma análise das metas do Ideb. In: **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 662-688, set./dez. 2016. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/4012/3269>>. Acesso 04 set. 2020.

MELLO, Liliane Ribeiro de e BERTAGNA, Regiane Helen. APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE QUALIDADE EDUCACIONAL: RESULTADOS DO IDEB E FATORES SOCIOECONÔMICOS . In: **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 3, p.1132-1148, 2016. Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6168/5901>>. Acesso 15 mai. 2020.

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social. **Indicadores de desenvolvimento brasileiro: 2001-2012**. Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/IDB-portugues.pdf>>. Acesso 15 mai 2020.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Política de Avaliação da Educação Brasileira: limites e perspectivas. In: **Jornal de Políticas Educacionais** v.10, n.19 | janeiro–junho de 2016 | PP. 77–90.

MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. **A estatística básica e sua prática**. 6. ed. São Paulo: LTC, 2014.

NILO PEÇANHA. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica SETEC/MEC, 2020. Disponível em <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>> Acesso 12 set. 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal (coordenadora geral). **Programa Dinheiro Direto na Escola : uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação?** Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 204 p. disponível

<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Programa+dinheiro+direto+na+escola+uma+proposta+de+redefini%C3%A7%C3%A3o+do+papel+do+Estado+na+educa%C3%A7%C3%A3o/f39b25b6-d796-45b2-b701-6ccc1bdf2296?ver>>. Acesso 15 mai, 2020

PINTO, José Marcelino de Rezende e ADRIÃO, Thereza. Noções Gerais sobre o Financiamento da Educação no Brasil In: **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 23-46, jan./jun. 2006. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/715/71580102.pdf>>. Acesso em 13 mai. 2020.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas**. Brasília: Plano,2000

PIRACICABA. **Unidades Escolares**, 2020. Disponível em <<http://educacao.piracicaba.sp.gov.br/unidades-escolares/>> Acesso 12 set. 2020.

_____. LOA 2017. Disponível em <<http://www.financas.piracicaba.sp.gov.br/loa+2017.aspx>> Acesso 22 out. 2020

_____. Valores recebidos pelas escolas municipais PDDE 2012-2019. 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. Education at a glance 2017: OECD indicators. 2017. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2017_eag-2017-en>. Acesso em: 03 set. 2020.

OLIVEIRA JUNIOR, Manoel Carlos de; MINORI, Américo Matsuo; FROTA, Marcelo Souza. **Recursos destinados à educação e resultados alcançados no Ideb de uma capital brasileira**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 523-538, set. 2019 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512019000300523&lng=en&nrm=iso> Acesso em 12 jan. 2020.

QEDU, 2020. **Matrículas e Infraestrutura**. Disponível em <https://www.qedu.org.br/cidade/2017-piracicaba/censo-escolar?year=2013&localization=0&dependence=4&education_stage=0&item=matriculas> Acesso em 20 out 2020.

SÃO PAULO. Diretoria de Ensino de Piracicaba. **Escolas Estaduais**, 2020. Disponível em <<https://depiracicaba.educacao.sp.gov.br/escolas-estaduais/>> Acesso 12 set. 2020.

SANTINI, Guilherme José; FUZINATO, Josiele Maiara. Análise do aumento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Escola Pública Municipal de Guarantã do

Norte/MT no período 2007-2017. In: **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 23, p. 284-298, abr. 2019. ISSN 2175-6600. Disponível em: <<https://seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6518>>. Acesso em: 04 set. 2020.

SAVIAN, Mayá Patricia Gemelli.; BEZERRA, Fernanda Mendes Análise de Eficiência dos Gastos Públicos com Educação no Ensino Fundamental no Estado do Paraná. In: **Economia & Região**, 1: 26-47, 2013. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/12963/12458>>. Acesso 03 de setembro de 2020.

SILVA, Washington Luiz Godinho da. **Avaliação em larga escala como política do estado: um estudo comparativo entre teoria clássica dos testes e a teoria da resposta ao item na olimpíada brasileira de matemática das escolas públicas (OBMEP)**. – Santarém, Pará, 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado em Educação. Disponível em <http://www.ufopa.edu.br/ppge/images/dissertacoes/turma_2017/Washington_Luiz_Godinho_da_Silva.pdf>. Acesso 08 mai. 2020.

SILVA, Maria Micheliana da Costa.; OLIVEIRA, Helton Neves Canguçu. C. Fatores Associados aos Resultados do Índice de Educação Básica (IDEB) das Escolas Municipais Baianas, 2009. In: **X ENABER**, 2012, Recife. Anais do X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2012. Disponível em <http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2012/eb/fatores_associados.pdf>. Acesso 03 de setembro de 2019.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 903-923, Sept. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 mai. 2020.

SOUZA, Danielly Pinheiro Gusmão. **Efeitos dos investimentos do programa “Dinheiro Direto na Escola-PPDE na E.E. Comendador Murta, em Itinga-MG**, na percepção da sua unidade executora, 2018. 74 p. Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós Graduação em Educação) - Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri, 2017). Disponível em <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1809/1/danielly_pinheiro_gusmao_souza.pdf>. Acesso 15 mai. 2020.

VIANA, Mariana Peleje. Os Recursos Financeiros Descentralizados como Indutores da Gestão Democrática e Ferramentas para a Promoção da Qualidade do Ensino. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, [S.l.], v. 7, nov. 2017. ISSN 2236-5907. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/68638>>. Acesso em: 04 set. 2020.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. In: **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/03.pdf>>. Acesso 09 mai. 2020.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa, 2004. O que é? - Índice de Gini. In: **Desafios do Desenvolvimento**. Ano 1 . Edição 4 - 1/11/2004. Disponível em https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso 11 set. 2020.